

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 019/20 CURITIBA, QUINTA/SEGUNDA-FEIRA, EM 14/18 DE MARÇO DE 2002 ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Luiz Traiano
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Luciana Rafagnin
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Marcos Isfer

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 015ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
14 DE MARÇO DE 2002**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Tony Garcia, secretariada pelos senhores deputados Antonio Carlos Belinati e Hermes Fonseca.

O senhor presidente Tony Garcia, cita o artigo 88, do Regimento Interno, deixando de abrir a Sessão por absoluta falta de quórum, marcando outra para segunda-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 101/2001.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 251/2000 e 396/2001.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 443/2001, 004 e 046/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 106/99; 348, 554 e 569/2001.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissão:

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO DE ALIMENTOS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 8ª AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Aos quatro dias do mês de março de dois mil e dois, às 09h30min, reuniu-se, a Comissão Parlamentar de Inquérito de Alimentos, no Auditório "Tribuna de Honra", do Parque de Exposição da Sociedade Rural Noroeste do Paraná, em Paranaíba, para a realização da Audiência Pública com os Produtores de Leite da Região de Paranaíba. Sob a presidência do senhor deputado Orlando Pessuti, mais a presença dos senhores deputados Milton Pupo e Ricardo Maia. Dado início aos trabalhos o presidente, deputado Orlando Pessuti, teceu alguns comentários sobre a importância de ouvir os produtores da região Noroeste, deixando claro sua preocupação com os problemas que estão ocorrendo na questão do leite na região. Os deputados acompanharam atentamente os relatos e as denúncias, que estão devidamente documentadas, con-

forme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão, da qual lavrei a presente ata que vai assinada por ele, e por mim, Everlei Terezinha Cleto, secretária da Comissão.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente
Everlei Terezinha Cleto - Secretária

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO DE ALIMENTOS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos seis dias do mês de março de dois mil e dois, às 09h30min, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito de Alimentos, sob a presidência do senhor deputado Orlando Pessuti, mais a presença dos senhores deputados Cezar Silvestri, Pastor Edson Praczyk, Eli Ghellere, Ademir Bier, Luciana Rafagnin, Augustinho Zucchi, Duílio Genari, Ricardo Maia e Divanir Braz Palma. Dado início aos trabalhos o presidente, deputado Orlando Pessuti, agradeceu todos os parlamentares, a assessoria da Assembléia Legislativa e a todas as entidades presentes, passando então a oitiva dos convocados para esta reunião, a Ocepar na pessoa do engenheiro agrônomo Nelson Costa, Gerente Técnico Econômico; a Tetrapak representada pelos senhores Paulo Reinaldo Rochet, diretor de Marketing; Luiz Guilherme Campos de Oliveira, gerente geral de Marketing Categoria Lácteos e Rodrigo de Magalhães Garcia de Oliveira, advogado; e o Sindileite, na pessoa do doutor Wilson Thiesen, presidente, ocorrendo tudo conforme notas taquigráficas, em anexo. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão, da qual lavrei a presente ata que vai assinada por ele, e por mim, Everlei Terezinha Cleto, secretária da Comissão.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente
Everlei Terezinha Cleto - Secretária

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO DE ALIMENTOS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos doze dias do mês de março de dois mil e dois, às 09h30min, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito de Alimentos, sob a presidência do senhor deputado Orlando Pessuti, mais a presença dos senhores deputados Cezar Silvestri, Pastor Edson Praczyk, Eli Ghellere, Ademir Bier, Duílio Genari, Ricardo Maia e Luiz Carlos Zuk. Dado início aos trabalhos o presidente, deputado Orlando Pessuti, agradeceu todos os parlamentares, a assessoria da Assembléia Legislativa e a todas as entidades presentes, passando então a oitiva dos convocados para esta reunião, a APRAS - Associação Paranaense dos Supermercados na pessoa do senhor Pedro Joanir Zonta. A outra convocada Assosuper -

Associação Paranaense de Fornecedores para Supermercados, oficiou justificando sua ausência por compromissos já assumidos anteriormente, colocando-se à disposição para a próxima reunião que será realizada no dia 19 de março do corrente ano, ocorrendo tudo conforme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão, da qual lavrei a presente ata que vai assinada por ele, e por mim, Everlei Terezinha Cleto, secretária da Comissão.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente
Everlei Terezinha Cleto - Secretária

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA ATA DA 015ª Sessão ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2002

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Emenda:

EMENDA AO SUBSTITUTIVO GERAL DO PROJETO DE LEI Nº 101/2001

O presente projeto de lei, passa a vigorar com a redação a seguir:

“Art. 1º - Qualquer aquisição ou substituição de unidades automotivas para uso oficial poderá ser realizada por veículos movidos a combustíveis renováveis, ou por veículos movidos a combustíveis derivados de petróleo produzidos no Estado do Paraná.

Parágrafo Único - O prazo para substituição integral da frota oficial de veículos leves ou veículos movidos a combustíveis renováveis e derivados de petróleo produzidos no Estado do Paraná é de 04 (quatro) anos.

Art. 2º - ...

Art. 3º - ...

Art. 4º - ...

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoiamento:

Ângelo Vanhoni, Eli Ghellere, Algaci Tulio e Marcos Isfer.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 466

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 557/2001, que dispõe sobre a cobrança de tarifa mínima de água e saneamento básico pela Sanepar e ou demais empresas públicas ou privadas aos consumidores de água tratada.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 472

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a colocação para votação, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 309/2001, que dispõe sobre

a concessão de desconto de 50% em eventos culturais artísticos para doadores de sangue.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 471

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, preferência na votação do Substitutivo Geral de Plenário apresentado ao Projeto de Lei nº 101/2001, item 01 da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 450

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja designada a data do dia 29 do corrente mês, para a realização de uma Sessão Solene, para entrega do título de “Cidadão Honorário do Estado do Paraná”, ao senhor José Anunciação dos Santos, título este concedido ao homenageado através da Lei nº 12.900, sancionada pelo governador Jaime Lerner em 19/07/2000.

Requer ainda que a aludida Sessão possa ser realizada na cidade de Campo Mourão, às 19:30 horas, na Igreja Evangélica Assembléia de Deus, onde o homenageado é pastor presidente há mais de 35 anos.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

REQUERIMENTO Nº 461

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, que seja realizada Sessão Solene no dia 11 de abril, em conjunto com a Polícia Militar do Paraná, em comemoração aos 100 anos da família Augusto Dias Paredes, na Polícia Militar do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) ALGACI TUILIO

JUSTIFICATIVA:

Em 30 de março de 1902, Augusto Dias Paredes foi incluído como praça da Polícia Militar do Estado do Paraná. Em 20 de julho de 1931, ocupando o posto de tenente, foi reformado compulsoriamente com honras do posto imediato, deixando então vários de seus filhos integrando a corporação policial. Este fato repetiu-se durante os 100 anos sem interrupção, sendo que ainda hoje, vários membros da família Paredes ocupam postos dentro da PMPR.

A homenagem desta Casa justifica, não apenas pelos inestimáveis serviços prestados pela família Paredes ao Estado do Paraná - vários de seus membros ocuparam o Comando Geral da PMPR, do Corpo de

Bombeiros, da chefia da Casa Militar do Governo - como pelo fato extraordinário de quatro gerações de uma mesma família servir a uma corporação com tanta dedicação, respeito e valor.

REQUERIMENTO Nº 442

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do setor de revisão legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, arquivamento do Projeto de Lei nº 255/2000, de autoria do deputado Edgar Bueno, que institui o Certificado de Responsabilidade Empresarial - CRE, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 474

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do setor de revisão legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, arquivamento do Projeto de Resolução nº 01/2002, de autoria do deputado Antonio Anibelli, por tratar-se de matéria já contemplada pelo Projeto de Resolução nº 02/2002, da Comissão Executiva.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 476

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do setor de revisão legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, arquivamento dos Projetos de Lei nºs 37 e 135/2000, de autoria dos deputados Edgar Bueno e Fernando Ribas Carli por tratar-se de proposições anexadas ao Projeto de Lei nº 124/99, que foi vetado pelo senhor governador e teve o veto mantido.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 475

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno e atendendo sugestão do setor de revisão legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER a aneção dos Projetos de Lei nºs 511 e 596/2001 aos Projetos de Lei nºs 211 e 389/2001, que já se encontram anexados, que dispõem das contas de depósitos do sistema de arrecadação dos tributos estaduais, sistema de movimentação de valores e pagamentos SIAF e conta do Tesouro Geral do Estado.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 478

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, arquivamento do Projeto de Lei nº 117/2001, de sua autoria, que visa autorizar o Poder Executivo a criar e a implantar o curso de medicina na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 441

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ao douto Plenário, que seja enviado voto de pesar à família do senhor Armando Caiero Neto, pelo falecimento de sua esposa, ocorrido no município de Japura-PR, no dia 13 de março de 2002.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 447

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do funcionário aposentado deste Poder, Antônio dos Santos Ribas, ocorrido dia 15.03.2002, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 66 anos de idade, faleceu dia 15.03.2002, o funcionário aposentado deste Poder, Antônio dos Santos Ribas, que deixou viúva dona Maria Terezinha dos Reis Ribas e 02 filhos.

O falecimento do nosso amigo e colega, Antônio dos Santos Ribas, veio abrir enorme lacuna não apenas entre os familiares mas entre nós que convivemos com ele.

Funcionário exemplar que cativava todos com sua simpatia, sua maneira de ser sempre alegre e sorridente procurando ajudar aos que o solicitavam nas horas difíceis.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos amigos e ao trabalho.

Um vácuo imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável. Mas, tal é a condição humana: viver, lutar e morrer.

Fique certo, amigo dileto, de que sua memória ficará viva em nossos corações e que seus exemplos continuarão a nortear nossa vida.

Sua família, a família que adorava, despediu-se do amigo em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Santos Ribas, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 449

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de pesar, pelo falecimento da senhora Rosa Maria de Carvalho, esposa do pastor José Pimentel de Carvalho, ocorrido no dia 12.03.2002.

Requer ainda, que após aprovada pelo Plenário desta augusta Casa de Leis, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada, sito à Rua: Cel. Joaquim Sarmiento, nº 190, CEP: 80520-230 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 453

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de Hoje, voto de pesar à família Dutra, pelo falecimento do senhor Albino José Dutra, ocorrido no dia 15 de março do corrente ano.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à família da senhora Lúcia Z. Dutra, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Luiz Sebastião Baldo, 167 - Jardim Eucaliptos - Colombo-PR, CEP: 83408-506.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 454

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado deputado com assento nesta Casa Legislativa, REQUER à Mesa o envio de voto de pesar pelo falecimento do jovem Marco Antônio Rodrigues Andrade, ocorrido no dia 17 do corrente mês, na cidade de Londrina.

Requer ainda, seja dado ciência à família enlutada, através do senhor Aparecido José Andrade (pai do falecido), no seguinte endereço: Rua Belo Horizonte, 691, ap. 501, CEP: 86020-060 - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 438

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao senhor Luiz Ernesto de Giacometti, prefeito do município de Palotina, por sua posse como presidente da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, AMOP, ocorrida no dia 22 de fevereiro de 2002.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor Luiz Ernesto de Giacometti, prefeito de Palotina e presidente da AMOP, por meio de correspondência a ser encaminhada à Prefeitura Municipal de Palotina - PR.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 439

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Pato Bragado/PR, pela comemoração do 9º aniversário do município, bem como pelo sucesso na realização da XIV Festa Nacional do Cupim Assado, ocorria entre os dias 15 e 17 de março de 2002.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao senhor prefeito Luiz Grando; ao senhor vice-prefeito Delmar Fincke; ao presidente da Câmara Municipal, vereador Alberto Mareco, e ao presidente da comissão central organizadora do evento, senhor Holdi Römer, por meio de correspondências a serem encaminhadas à Prefeitura Municipal e à Câmara Municipal de Pato Bragado-PR.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 444

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao jornal Diário da Manhã, de Ponta Grossa, alusivos aos 15 anos de fundação, completados no dia 15 de março.

Requer ainda, que se dê ciência ao senhor Adail Inglês, diretor do jornal, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Balduino Taques, 890 - CEP: 840010-915 - Ponta Grossa - PR

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) PASTOR EDSON PRAZCYK

JUSTIFICATIVA:

O jornal Diário da Manhã tem nestes últimos anos, desde a sua fundação se firmado como um jornal sério, comprometido com as questões mais importantes da região dos Campos Gerais, lutando a cada dia pelo jorna-

lismo de credibilidade, com uma diversidade de temas e noticiários abrangente e interessante aos seus fiéis leitores.

REQUERIMENTO Nº 457

Senhor Presidente:

O deputado que o este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Porto de Paranaguá, pela comemoração de seus 67 anos.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Porto de Paranaguá estará comemorando, em data de 17 de março, seus 67 anos de fundação. Nestas mais de seus décadas, passaram pelo Porto os principais produtos que movimentaram a economia do nosso Estado, como madeira, café, soja, etc. Por ali são embarcadas mais de 80% das exportações do Paraná. É por ali que também passa parte da produção agrícola do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraguai - já que o Porto está na rota do Mercosul.

Num total, passam por Paranaguá cerca de 20 milhões de toneladas de carga por ano e este volume é mais de 22.000% maior que as 91,5 toneladas embarcadas em 1935, quando o Porto iniciou suas operações. de lá para cá ele cresceu e hoje ocupa o primeiro lugar entre os portos da América Latina e é o segundo do país em arrecadação de divisas. O terminal tem importância econômica e estratégica para o Paraná, sendo um dos instrumentos de atração de investimentos industriais para o nosso Estado.

Os investimentos na modernização do Porto não param e ele não para de crescer. Por ali passam embarcações de vários países que entram e saem, movimentando a economia do nosso Estado e do nosso país. A cidade histórica de Paranaguá cresceu com ele e em torno dele. Quem visita a cidade fica admirado com a convivência da história com a modernidade do Porto, que possui equipamentos de última geração.

Pela comemoração de seus gloriosos 67 anos, sendo o orgulho do nosso Estado, receba o Porto de Paranaguá, através de seu Superintendente - Osiris Stenghel Guimarães, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 458

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Pontifícia Universidade Católica do Paraná, pela comemoração de seus 43 anos.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em data de hoje - 14 de março de 2002 - a Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR está

comemorando 443 anos de sua fundação. Fundada em 1959 por dom Manuel da Silveira D'Elboux, a PUC ao longo desses anos, cresceu e se desenvolveu à sombra da cruz, símbolo máximo do cristianismo. Formar bons cristãos, virtuosos cidadãos, e competentes profissionais, resume o programa dos fundadores, pioneiros e seguidores da PUC.

Com a busca constante de um diálogo harmônico entre a ciência e a fé (que é um dos seus maiores desafios) a PUC tem conseguido dar passos expressivos na sua consolidação como instituição acadêmica de excelência. Seu passado de conquistas já alcançadas, a consciência de seu crescente potencial e a determinação que herdou de seus pioneiros lhe dão a certeza de que o futuro também lhe pertence.

A Instituição, que ao longo dos anos tornou-se uma referência no país, tem, além da preocupação com a qualidade de ensino, uma grande preocupação social. Atualmente conta com 18.049 alunos de graduação, 2.356 de especialização, 330 de mestrado e 6 de doutorado. Emprega 2.441 professores, 733 funcionários na PUC e 974 no Hospital Cajuru. Em 1999 firmou aliança estratégica com a irmandade Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, onde atuam 1.147 funcionários, incluindo o Hospital de Caridade e o Hospital Psiquiátrico.

A Universidade foi elevada à condição de pontifícia em 06 de agosto de 1985. Os irmãos maristas a dirigem desde janeiro de 1974.

A PUC possui um campus em Curitiba, outros em São José dos Pinhais, uma fazenda experimental na Fazenda Rio Grande (fazenda Experimental Gralha Azul). Em Tijucas do Sul e Guaraqueçaba funcionam o Núcleo do Programa de Ação Comunitária e Ambiental. Em Guaratuba, assumiu o Laboratório de Organismos Marinhos. Foram criadas várias clínicas de ensino, pesquisa e prestação de serviços: Fisioterapia e reabilitação, Fonoaudiologia e Psicologia.

Além de todo este trabalho, são mantidas três creches, uma para filhos de funcionários e outras duas para crianças carentes.

Agora a PUC está em processo de interiorização, iniciando com a instalação de 2 campus: um em Toledo e outro em Londrina - uma demonstração de que o trabalho sério e dedicado estende suas raízes, beneficiando e formando mais e melhores seres humanos.

A obra realizada pela PUC sempre exigiu muito esforço, trabalho e competência profissional e está colhendo seus frutos. Devemos destacar as figuras dos eminentes reitores magníficos: dom Gerônimo Mazzarotto (1959-1973), dom Osvaldo Arns (1973-1985) e Euro Brandão (1986-1997), além do atual reitor, professor Clemente Ivo Juliato.

Pela comemoração de seus gloriosos 43 anos de fundação, receba a PUC/PR, através de seu reitor - professor Clemente Ivo Juliato, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado.

REQUERIMENTO Nº 459

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao município de São José dos Pinhais, pela comemoração de seus 312 anos.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O município de São José dos Pinhais está comemorando seus 312 anos de fundação. A história nos diz exatamente no local onde a cidade está localizada ocorreu o inesperado massacre de uma expedição luzitana, ainda no século XVI. Eram homens que faziam parte da primeira expedição ao Brasil. Outras expedições se sucederam, porém mais felizes e, aos poucos, os Campos Gerais do Corityba foram sendo ocupados.

A procura do ouro foi a principal força que impulsionou os aventureiros e bandeirantes a permearem esse chão. As minas de ouro de Arraial Grande é que deram origem à cidade de São José dos Pinhais. Em 1690 foi construída em Arraial Grande uma capela em louvor ao Senhor Bom Jesus dos Perdões e o fluxo de pessoas para o local aumentou. No ano de 1775 o povoado foi elevado à categoria de freguesia, sendo erguida nova capela, agora em homenagem a São José. Passado algum tempo a capela encontrava-se em estado de ruínas e foi destruída, levando-se a sagrada imagem para o Rio de Janeiro e posteriormente nova igreja foi construída. Data de 1831 a criação da primeira escola primária em São José dos Pinhais.

Pela Lei Provincial nº 10 de 16 de julho de 1852, a freguesia foi elevada à categoria de Vila e através da Lei Provincial nº 474 de 05 de abril de 1877, a Vila foi elevada à Sede de Comarca. Em 1878 foi fundado o Núcleo da Colônia Muricy, com 357 imigrantes poloneses, glaciãos e silesianos e ainda italianos procedentes da região norte daquele país. Uma outra colônia desenvolvida no interior do município foi a Inspetor Carvalho, além de outras. Algumas de maior destaque tiveram espetacular progresso mas todas exerceram fundamental papel no povoamento e crescimento de São José dos Pinhais, dando excepcional parcela de contribuição na formação social, econômica e cultural da cidade.

De acordo com a Lei Estadual nº 259 de 27 de dezembro de 1827, sancionada pelo governador José Pereira dos Santos, São José dos Pinhais recebeu foros de cidade.

Atualmente São José dos Pinhais é um dos mais importantes município do Estado do Paraná, destacando-se pela área industrial. Com infraestrutura invejável, a cidade é sede das mais importantes indústrias do Paraná e recebe a cada dia novos incentivos e novos moradores, que colaboram intensamente com o desenvolvimento da cidade e da região onde está inserida.

Os são-joséenses, como são chamados seus filhos, são trabalhadores e acolhedores - não medem esforços para ver São José dos Pinhais crescer. Tanta dedicação tem trazido ótimos resultados e a cidade só tem a comemorar.

Pela comemoração de seus gloriosos 312 anos, receba o município de São José dos Pinhais, através do se prefeito municipal - Luiz Carlos Setim (Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais - Rua Passos Oliveira, 1101, CEP: 83030-720 - São José dos Pinhais/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 460

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Rede Feminina de Combate ao Câncer, pela comemoração de seus 48 anos.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em 18 de março de 2002 a Rede Feminina de Combate ao Câncer está comemorando 48 anos. Fundada em 1954 por iniciativa da Sra. Anita Mery Gaertner e da Sra. Edite Pizzato, esposas dos doutores Erasto Gaertner e Antero Sadi Pizzato, respectivamente iniciaram essa grandiosa obra que se transformou no carro chefe do Hospital Erasto Gaertner nacionalmente reconhecido e o mais importante no atendimento do câncer no nosso Estado.

Os dois médicos foram os primeiros cancerologistas de Curitiba, atendendo inicialmente no Instituto de Medicina e Cirurgia do Paraná. Com o passar do tempo e sendo eles os precursores desta área na Capital, o atendimento foi aumentando e estendendo-se a um grande número de pessoas carentes. Suas esposas sempre trabalhando e buscando alternativas dentro dessa área, fizeram uma visita ao Estado de São Paulo, onde conheceram a Rede Feminina de Combate ao Câncer daquele Estado vizinho. Inspiradas naquela instituição, elas fundaram a Rede Feminina de Combate ao Câncer do Paraná. O Dr. Erasto Gaertner conseguiu a doação do terreno onde está hoje o Hospital que leva o seu nome e que levou 17 anos de campanhas ininterruptas da Rede Feminina para que fosse construído, tendo sido inaugurado em 1972.

A Rede Feminina possui três finalidades básicas: assistência total aos pacientes carentes dentro do Hospital Erasto Gaertner, prevenção do câncer dentro da comunidade e angariação de fundos para a manutenção do Hospital, que conta com leitos para adultos e também ala pediátrica. O Hospital atende pelo SUS, mas devido ao alto custo dos pacientes, uma grande porcentagem fica à cargo da Rede Feminina e há alguns atendimentos através de convênios.

Na ala pediátrica o Hospital Erasto Gaertner foi o primeiro do país, já há 22 anos, a permitir que a mãe efe-

tue o acompanhamento da criança no leito hospitalar. Essa iniciativa inovadora tem trazido excelentes resultados, mas encarece por demais o tratamento, já que o SUS não efetua a cobertura do acompanhante do paciente infantil, ficando o custeio dessa área totalmente sob responsabilidade da Rede Feminina de Combate ao Câncer.

Pelo brilhante trabalho que a Rede Feminina vem desenvolvendo, sendo um verdadeiro anjo da guarda dos pacientes necessitados, receba a Rede Feminina de Combate ao Câncer (R. Ovande do Amaral, 201 - Ctbá), na comemoração de seus gloriosos 48 anos, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 463

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de congratulações à Amop - Associação dos Municípios do Oeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.03.2002

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Municípios do Oeste do Paraná - Amop, empossou sua nova diretoria que ficou composta conforme anexo.

À toda a nova diretoria da Amop (Rua Pernambuco, 1936 - Centro - 85810-021 - Cascavel/PR, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

Presidente: Luiz Ernesto de Giacometti - Prefeito de Palotina;

1º Vice-presidente: Francisco Menin - Prefeito de Santa Tereza do Oeste

2º Vice-presidente: Luiz Yoshio Suzuke - Prefeito de Medianeira;

Conselho Fiscal

- Derli Antonio Donin - Prefeito de Toledo

- Armando Polita - Prefeito de São Miguel do Iguaçu

- Romano Czerniej - Prefeito de Cafelândia

Suplentes do Conselho Fiscal

- Valdemar Bosi - Prefeito de Anahy

- Dorival Moreira - Prefeito de Maripá

- Antonio Caldeira de Moura - Prefeito de Nova Santa Rosa.

REQUERIMENTO Nº 465

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao senhor Josuel Francisco Ferreira alusivo à sua Ordenação Diaconal ocorrida na Paróquia Nossa Senhora do Rocio em Jardim Alegre - PR, no dia 17 de março do corrente.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encami-

nhada à Rua Paranaguá, nº 306 CEP 86.860-000 Jardim Alegre - Paraná.

Sala das Sessões, em 18.03.2002

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 470

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de congratulações aos empossados na Associação dos Municípios do Oeste do Paraná - AMOP, ocorrido no dia 22 de fevereiro de 2002.

Fazem parte da nova diretoria executiva o senhor Luiz Ernesto Giacometti - presidente e prefeito de Palotina; o senhor Francisco Menin, 1º vice-presidente e prefeito e Santa Tereza do Oeste; o senhor Luiz Yoshio Suzuke - 2º vice-presidente e prefeito de Medianeira; os membros efetivos do Conselho Fiscal, senhor Darli Antonio Domin, prefeito de Toledo, senhor Armando Polita, prefeito e São Miguel do Iguaçu, senhor Romano Czerniej, prefeito de Cafelândia e os membros suplentes do Conselho Fiscal senhor Valdemar Bosi, prefeito de Anahy, senhor Dorival Moreira, prefeito de Maripá e senhor Antonio Caldeira de Moura, prefeito de Nova Santa Rosa.

Sala das Sessões, em 18.03.2002

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 479

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto e soberano Plenário, o envio de expediente de votos de congratulações, ao pujante município de Tibagi, pela passagem de seus 130 anos de fundação.

Requer ainda que a decisão desta Casa seja levada para conhecimento do senhor José Tibagy de Mello, prefeito do município de Tibagi, bem como ao presidente da Câmara Municipal de Vereadores daquela cidade.

Sala das Sessões, em 18.03.2002

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 448

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, envio de pedido de informações ao secretário de estado da Comunicação Social, senhor Denilson Roldo, solicitando o que segue:

1 - Quais os valores gastos na campanha publicitária de reinauguração da ponte de Porto Camargo?

2 - Qual a empresa que criou a propaganda veiculada nos meios de comunicação?

3 - Quais os órgãos de comunicação escolhidos pelo Governo do Estado para a veiculação do evento?

4 - O Governo do Estado utilizou-se apenas da imprensa nacional ou promoveu o evento também nos órgãos da imprensa internacional?

- Em caso afirmativo, em quais países e em quais órgãos de comunicação foi veiculada a propaganda em questão?

Sala das Sessões, em 18.03.2002

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 440

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Ilmo.Sr. Dr. Paulinho Dalmaz, diretor geral do DER - Secretaria de Estado dos Transportes, para que sejam tomadas as devidas providências para instalação de controlador eletrônico de velocidade na BR-277, Km 170 - município de Palmeira-Paraná.

Justifica-se tal solicitação, atendendo a população do município de Palmeira, que clama pelo controlador eletrônico de velocidade para maior segurança das comunidades que vivem às margens da referida BR e correm constantemente sérios riscos de vida, vez que muitos pedestres atravessam a rodovia, onde passam muitos carros em alta velocidade, além do que, no mesmo local existe um cruzamento para veículos, que torna o local ainda mais perigoso.

Que o presente requerimento seja encaminhado ao DER - Av. Iguaçu, nº 420 - Centro - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 18.03.2002

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 446

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. governador do Estado, solicitando seja determinado ao setor competente para estudar a possibilidade do credenciamento da Santa Casa de Paranavaí e ao menos 02 (dois) laboratórios de exames em Paranavaí e outro em Loanda, para atendimento aos funcionários públicos estaduais através da Previdência Estadual.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência ao Exmo. Sr. Deusdete F. de Cerqueira prefeito municipal e a todos os senhores vereadores de Paranavaí e Loanda.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O novo plano de saúde, implantado pelo Governo do Estado aos servidores públicos estaduais excluiu totalmente a região da Amunpar, pois, nenhum hospital e laboratório foi credenciado pelo convênio. Os credenciados mais próximos são da cidade de Maringá, e assim muitos problemas de saúde dos servidores da Região

Noroeste acabam recaindo sobre os municípios, onerando excessivamente os cofres públicos com despesas de viagens, diárias e procedimentos médico-hospitalares em outras regiões.

De Loanda a Maringá, são 160 (cento e sessenta) quilômetros.

Muitas vezes, o custo da viagem fica mais caro que o próprio exame clínico. Assim sendo, o credenciamento da Santa Casa e dos laboratórios de Paranavaí, que recebiam o suporte dos recursos financeiros advindos da Previdência Estadual, colaboraria em contrapartida com a atual situação financeira precária da Santa Casa.

REQUERIMENTO Nº 462

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Cássio Taniguchi, prefeito municipal de Curitiba, solicitando que o cadastramento de idosos para recebimento do cartão de isentos para utilização do transporte coletivo de Curitiba e da Rede Integrada de Transportes - RIT, da Região Metropolitana de Curitiba, seja efetuado em todas as regionais da Capital.

Sala das Sessões, em 08.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A URBS, empresa que gerencia o sistema de transportes da cidade, iniciou na manhã de hoje o cadastramento dos idosos que irão receber o cartão vale transporte, com o qual eles poderão utilizar o sistema de transporte coletivo de Curitiba e nos municípios da Rede Integrada de Transporte - RIT da Região Metropolitana, embarcando pela porta da frente.

O cadastramento está sendo efetuado na Rua da Cidadania da Matriz, de acordo com a data de nascimento, independente do mês de nascimento. Mesmo sendo localizada em praça central - Praça Rui Barbosa, com grande acesso, os idosos estão encontrando muitas dificuldades, pois o avanço da idade não permite que a grande maioria consiga deslocar-se a grandes distâncias.

Para facilitar o acesso dos idosos ao cadastramento, o ideal seria que os mesmos pudessem fazê-lo em regionais próximas de suas residências, já que a Prefeitura proporciona esta facilidade em outros serviços prestados pelas Ruas da Cidadania espalhadas em Curitiba.

Desta forma, estamos apelando ao prefeito Cássio Taniguchi que, levando em conta o grande número de idosos a se cadastrarem, estenda a possibilidade de cadastramento dos mesmos a outras regionais da Capital.

REQUERIMENTO Nº 467

Senhor presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, solicitando a

revisão do Sistema de Assistência à Saúde, determinando que o município de Vera Cruz do Oeste passe a pertencer à região de Cascavel e não à região de Foz do Iguaçu, como consta.

Tal reivindicação se deve ao fato de que a distância entre Vera Cruz do Oeste e Foz do Iguaçu é de 110 quilômetros, enquanto que para Cascavel é 53 quilômetros, o que torna mais rápido o atendimento, além de reduzir os custos, já que a demanda de atendimentos nas áreas de educação, saúde, agricultura, assistência social e serviço público são feitos em Cascavel.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 468

Senhor presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando que sejam tomadas providências quanto ao recolhimento e armazenamento de embalagens dos produtos agrícolas que contêm herbicidas, inseticidas e outras substâncias tóxicas.

As embalagens dos produtos agrícolas como herbicidas, inseticidas e outras substâncias tóxicas são um grave problema, tanto para o meio ambiente quanto para a saúde humana.

Fomos informados de que o município de Santa Helena e a Itaipu Binacional, tendo conhecimento da gravidade do problema, tomaram a iniciativa de recolher as embalagens nas propriedades agrícolas, porém, estão com os depósitos lotados e a recolha foi paralisada por não haver no Estado do Paraná uma solução corretamente ecológica, razão pela qual agricultores desorientados e sem saber que destino dar às embalagens, estão enterrando-as e colocando em risco a sua própria saúde.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 469

Senhor presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando a ampliação do efetivo da Polícia Militar da Região Oeste.

Essa solicitação se deve ao fato de que a Polícia Militar não dispõe de infra-estrutura básica, tanto em recursos técnicos e operacionais, quanto em efetivo humano para continuar atuando na prevenção da criminalidade. Segundo estatísticas, nos últimos dez anos a população cresceu e as áreas de atuação do 6º Batalhão da Polícia Militar sediado em Cascavel foram ampliadas, porém, seu efetivo foi reduzido.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 455

Senhor presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa Legislativa, REQUER à Mesa, seja enviada correspondência aos Exmos. Srs. Fernando Henrique Cardoso, presidente da República, Armínio Fraga Neto, presidente do Banco Central do Brasil e Emílio Humberto Carazzay, presidente da Caixa Econômica Federal, solicitando tratamento isonômico para homens e mulheres nas operações de financiamento habitacional, considerando-se na composição da renda e soma de todos os rendimentos das pessoas da família.

Cabe salientar que mulheres que estão à frente das famílias só podem contar com a respectiva renda, enquanto os homens, chefes de família podem considerar sua renda pessoal e a renda de sua companheira, de sua esposa.

Há flagrante discriminação contra a mulher na política habitacional. Essa discriminação não está contida na legislação que rege o sistema habitacional, mas em normas administrativas e operacionais do sistema financeiro.

Atualmente, 26% das famílias são chefiadas por mulheres.

A discriminação apontada é inconstitucional, ferindo o disposto no *caput* do artigo 5º da Constituição Federal, segundo o qual todos são iguais perante a lei.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 473

Senhor presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, do artigo publicado no Jornal da Manhã, em 16 de março deste, sob o título "Observatório".

O artigo refere-se à visita que o governador Jaime Lerner fez a Ponta Grossa, onde um grande aparato policial foi colocado nas ruas para "proteger" o governador. Poucos manifestantes que protestavam pela falta de reajuste salarial, tiveram suas faixas de protesto retiradas pelos policiais. O governador inaugurou o Colégio Regente Feijó, alheio à repressão sofrida por aqueles que apenas queriam ver seus direitos respeitados.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, dê-se ciência ao diretor presidente do Jornal da Manhã, Sr. Gustavo Horst, na Rua Santos Dumont, 1039, Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Projetos de Lei:**PROJETO DE LEI Nº 118/2002**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Jardim Tiradentes, com sede e foro no município de Pinhais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Tiradentes, que tem realizado excelente trabalho junto à comunidade do município de Pinhais e de toda a região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 119/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada e Utilidade Pública a Casa de Retorno ao Lar - CRL, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

A Casa de Retorno ao Lar, é uma entidade jurídica de direito privado, de caráter beneficente, filantrópico, cultural e de assistência social, sem fins lucrativos, tendo como principais objetivos a recuperação física, moral e psicológica de pessoas abandonadas, indigentes e viciados em tóxicos, reintegrar essas pessoas às suas famílias, realizar trabalho junto a estas famílias, para terem uma vida normal, ajustada, responsável e feliz, visando sempre alcançar pessoas consideradas desintegradas da sociedade.

Com este projeto de lei, buscaremos de forma positiva, auxiliar essa instituição a proceder à ampliação de suas atividades, através de forma legal junto aos órgãos públicos, já que tem suficiente e méritos semelhantes.

PROJETO DE LEI Nº 120/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada e Utilidade Pública a Associação das Pessoas Deficientes de Maringá - Apedem, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação das Pessoas Deficientes e Maringá, com sede e fofo no município de Maringá, entidade que vem prestando relevantes trabalhos junto aos deficientes, através de seus encaminhamentos ao mercado de trabalho, profissionalizando-os através de cursos nessa entidade ou encaminhando-os com acompanhamento junto ao Sesc, Sesi e Senai, para que os mesmos possam se profissionalizar e ter seu mérito junto a uma vaga oferecida pelos empresários de Maringá e região. Os demais que não têm escolaridade estão recebendo orientação inicial nessa entidade para depois serem encaminhados para a continuação dos estudos em escolas adequadas aos mesmos, e os que têm o 2º grau completo, têm sido motivados e encaminhados a fazer uma faculdade.

A associação é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 26 de agosto de 1984, que realiza com sucesso, trabalhos inerentes às finalidades de sua criação.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

Daí as razões deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 121/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Estabelece que 10% das vagas de empresas que recebem incentivos fiscais do Governo devem ser destinadas a trabalhadores com mais de 45 anos.

Parágrafo Único - As empresas referidas no artigo 1º, devem possuir em seu quadro geral um número mínimo de 10 funcionários.

Art. 2º - Caberá à entidade de classe correspondente a fiscalização do cumprimento desta lei.

Parágrafo Único - O não cumprimento desta lei acarretará a perda dos incentivos fiscais oferecidos pelo Governo do Estado.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei demonstra a preocupação com as pessoas na faixa etária de 45 anos, dando oportunidade a esses experientes trabalhadores que muitas vezes encontram as portas fechadas quando vão procurar um emprego, que por sinal é um problema de âmbito nacional. Face ao desemprego decorrente no País é que o parlamentar paranaense teve essa preocupação com a nossa gente.

O projeto pretende contribuir para dar consequência prática aos dispositivos constitucionais atinentes ao cuidado e a integração social dos cidadãos com idade acima de 45 anos. Ao mesmo tempo em que reduz a injusta marginalização dos mais velhos, a proposição em tela permite às empresas beneficiar-se de sua experiência profissional, um ativo sócio-econômico tantas vezes desprezado em prejuízo dos negócios e da competitividade.

O projeto não "engessa" as condições de empregabilidade, deixando a critério da empresa avaliar o currículo acadêmico e profissional dessas pessoas e decidir sobre as melhores maneiras de poder aproveitá-los.

Daí as razões deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 122/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná - Microrregião 14 - ACAMSOP/14.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) AUGUSTINHO ZUCCCI

JUSTIFICATIVA:

A Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná - ACAMSOP/M-14, entidade de caráter civil, que visa a integração legislativa, econômica e social dos municípios que a compõe.

Dentre seus objetivos: atua em regime íntima cooperação com as entidades congêneres e afins, bem como junto aos órgãos estaduais, federais, entidades privadas e mistas, com o objetivo de salvaguardar os interesses específicos da região. Presta assessoria aos prefeitos municipais associados, cooperando com eles na adoção de medidas legislativas que concorram para a melhoria das administrações municipais, bem como na defesa da população da região sudoeste do Paraná.

Por essas considerações, julgo-a apta a ser declarada de Utilidade Pública Estadual por esta Assembléia Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 123/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Associação Modelo de orientação à Adolescente - Casa Marelise Cristina Borges - AMOA, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Modelo de Orientação à Adolescente - Casa Marelise Cristina Borges, localizada à Rua Desembargador Westphalen, 1207, é entidade sem fins lucrativos, foi fundada em 14 de janeiro de 2001, com o objetivo de resgatar a cidadania de meninas de 12 a 18 anos de idade.

Atendendo meninas adolescentes, a instituição tem buscado dar às adolescentes envolvidas com prostituição infantil, violência familiar ou em extrema carência financeira e efetiva uma condição melhor de vida, através da integração à sociedade. Para esse trabalho a instituição conta com psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais voluntários. O trabalho desses profissionais é complementado por aulas em cursos profissionalizantes e semi-profissionalizantes como manicure, pedicure, artesanato, origami, corte e costura, pintura em tela, culinária e também reforço escolar.

Com capacidade de atendimento de 50 meninas, a instituição desenvolveu um importante trabalho durante seu primeiro ano de funcionamento, alcançando resultados muito positivos, pois o investimento na qualificação das adolescentes trouxe ótimo retorno para as mesmas.

Por ser instituição assistencial e sem fins lucrativos, que vem desenvolvendo um trabalho de elevado alcance social (como se pode comprovar pela documentação acostada), estamos solicitando sua declaração de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 124/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica oficializado o dia 16 de março como o Dia Estadual de Conscientização e Prevenção Contra a Dengue.

Art. 2º - Os municípios do Estado do Paraná, orientados pela Secretaria de Estado da Saúde, deverão, todos os anos nesta mesma data, desenvolver ações no sentido de conscientizar a população e prevenir contra a dengue.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O país está vivendo um momento crítico na área de saúde - já é altíssimo o número de pessoas contaminadas pelo vírus da dengue. Só no Paraná são 304 casos confirmados, espalhados por 22 municípios. Em apenas uma semana, o número de doentes contaminados subiu 41,39% e houve um registro de 89 casos.

A situação é alarmante - a cada dia novos casos são confirmados. Só no município de Umuarama são 43 casos de dengue confirmados - o maior surto do interior do Estado. Na Capital os registros já ultrapassam os 66 casos. A maioria dos doentes foram contaminados fora do Paraná, mas há alarmantes 114 casos de contaminação aqui no Estado.

A contaminação do paciente dá-se pela picada do mosquito *Aedes Aegypti* e que espalha rapidamente a doença, já que o mosquito se prolifera em água parada, limpa ou não. Nos meses de março e abril tradicionalmente ocorre um aumento do número de casos, pois a proliferação do mosquito cresce e, conseqüentemente a incidência da doença para a qual não há vacinação disponível - a prevenção, com o controle do foco do mosquito transmissor ainda é a forma mais eficiente de combate.

Há quatro variedades de vírus: tipos 1, 2, 3 e 4 e quando a pessoa que já teve a doença tem contato com um novo tipo de vírus, ocasiona a dengue hemorrágica que é um caso gravíssimo e que tem sido responsável pelos óbitos ocorridos.

A Secretaria da Saúde, numa ação emergencial e imprescindível, organizou na data de sábado último (16 de março de 2002) o Dia Estadual de Conscientização e Prevenção Contra a Dengue, com o objetivo de fazer com que a população pense na doença e comece a agir contra ela. Nesse dia milhões de pessoas reservaram um tempo para discutir e tomar atitudes preventivas contra a proliferação do inseto transmissor.

As atitudes mais comuns e que todo o cidadão tratou de fazer, foi a retirada de águas de vasos com plantas, retirada de água das bandejas externas de geladeiras, verificação e retirada de água armazenada em pneus parados, construções abandonadas, colocação de tampas em caixa d'água e reservatórios, além de piscinas.

Além destas atitudes isoladas, vários municípios do Estado realizaram mutirões para controlar o foco do mosquito transmissor da doença. A Secretaria da Saúde distribuiu 2 milhões de questionários para alunos da rede pública de ensino, com sugestões de ações para cada pergunta e orientou os municípios na realização de atividades paralelas nesse sábado.

Funcionários públicos, o Exército, Vigilância Sanitária, Prefeituras Municipais, Câmaras Municipais - todos estiveram mobilizados nesse dia simbólico que na

realidade deu início a um intenso trabalho de combate ao mosquito da dengue.

Pela importância da data que traduziu-se num dia exemplar de demonstração de cidadania e preocupação com a saúde da população e que deverá perpetuar no combate à dengue, estamos propondo sua oficialização como Dia Estadual de Conscientização e Prevenção Contra a Dengue.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Antes de darmos início ao Pequeno Expediente, vamos conceder a palavra à professora Dilma, da Escola Estadual Cecília Meireles, e posteriormente à professora Rosane, da Escola Estadual Lysimaco Ferreira da Costa.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

As professoras vêm atendendo um apelo da Comissão de Educação desta Casa, presidida pelo deputado Ângelo Vanhoni, da qual fazem parte esse parlamentar, deputado Algaci Tulio, o deputado José Maria Ferreira, que na última reunião tirou esta solicitação a V. Exa.

Além do mais, lamentar e deixar aqui clara a nossa posição de solidariedade à Câmara Municipal de Curitiba e, aqui na pessoa do vereador Gomide que se encontra nesta Casa, porque na semana passada a Câmara Municipal de Curitiba, também, desejava discutir essa situação com a secretária, e lamentavelmente, muito embora a Câmara não tenha o poder de convocar a Secretaria Estadual de Educação, mas atendendo eu que num respeito àquela Casa, a secretária deveria comparecer para prestar alguns esclarecimentos à sociedade de Curitiba, já que as duas escolas se situam dentro da capital do Estado do Paraná.

Lamentavelmente, isso não aconteceu.

Hoje temos aqui presença de alunos dessas escolas e das professoras que desejam, evidentemente, colocar esta situação e que nós parlamentares e os demais deveríamos prestar atenção no apelo que faz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra, a professora Dilma, do Colégio Estadual Cecília Meireles.

A SRA. DILMA

Agradeço primeiramente aos senhores nobres deputados representantes do povo, por ceder esses momentos para a nossa escola, para a nossa comunidade, que está aí presente.

Sou supervisora do Colégio Estadual Cecília Meireles. Fui eleita diretora com 608 votos na urna dos pais, e com 72 votos, na urna de professores e funcionários.

Essa eleição transcorreu na mais perfeita ordem, obedecendo todos os critérios do Decreto 4313. Ela foi realizada pelo pessoal do Núcleo, que lá estava dentro da escola, com quatro pessoas representando a Secretaria da

Educação que realizou a eleição integralmente, contou os votos e me titulou vencedora da eleição.

Estou aqui representando os votos dos pais e professores. Nesse espaço, fui convocada para fazer dois cursos em Faxinal do Céu, como diretora da escola. Também no dia 19 de dezembro, estava trabalhando no Núcleo, distribuindo aulas para os professores, como diretora da escola. Só então, veio uma intervenção que até hoje nós não entendemos o porquê, pois foi tudo feito pela própria Secretaria da Educação.

Eu, estou hoje, nessa campanha, nesta luta, que é a luta pela democracia, pelo respeito aos votos da minha comunidade. Estou respaldada pelos votos que me elegeram diretora desta escola e vou lutar até o fim.

Estive lutando juntamente, com muitos de vocês aí pelas Diretas Já. Foi uma luta maravilhosa. Vocês contaram com o nosso apoio, quando nós levamos alunos para a rua pedindo Diretas Já.

Agora, nós estamos vendo o retrocesso uma eleição digna, limpa, justa está sendo questionada e está sendo colocado interventora que nem é da comunidade de Cecília Meireles, que perdeu, inclusive, em outra escola. Está lá, hoje, ocupando o cargo de diretora da escola, além do que, durante o ano que passou nós fizemos um trabalho maravilhoso com a comunidade, tanto que a comunidade reconheceu o nosso trabalho e hoje estamos vendo todo esse prejuízo que a comunidade está tomando diante de uma intervenção que nada tem a ver com a comunidade que está lá.

É um pedido de apoio que eu faço aos senhores deputados e uma reflexão exata sobre o que é democracia. Vocês, que também precisam de votos, imaginem, amanhã ou depois se elegerem, e não poderem assumir, porque eles vão trazer alguém lá do Paraguai para vir a ser deputado no seu lugar!

Eu acho que é uma coisa que se começa a questionar: a validade desse famoso Decreto 4313.

Era o que tinha a dizer.

Agradeço a todos a compreensão e conto com o apoio de vocês para que a gente possa caminhar, para que nossos alunos possam ter uma aula de democracia e de cidadania.

Ainda hoje eu lia sobre a “Paralisia Juvenil”, um movimento que está havendo para que o jovem comece a pensar em política com amor, com mais dedicação. Essa própria página lida já pode estar fazendo parte da próxima eleição que tem aí, para todos nós.

Obrigado.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu queria aproveitar a professora Dilma que está na tribuna. A Comissão de Educação recebeu um dossiê do seu trabalho na escola, desde a feitura da bandeira da escola, seu trabalho junto à recuperação da escola que estava em situação bastante deprimente. A senhora fez todo o trabalho de recuperação, a inserção do aluno na comunidade.

Eu, os deputados José Maria Ferreira, Vanhoni, Marcos Isfer, e Moysés Leônidas, pudemos observar o excelente trabalho que a senhora fez de recuperação da escola e com toda sinceridade, não entendemos o porquê da rejeição com relação ao seu nome e de a senhora não poder assumir a escola, sendo que a senhora foi eleita pela comunidade e pelo conselho dos pais.

A SRA. DILMA

Até agora não sabemos, porque todas as vezes que a gente questiona, eles vêm com respostas diferenciadas e na realidade, são todas infundadas. Eu preciso ter um local para eu ir lá provar que aquelas denúncias são infundadas! Provas forjadas! A gente fez tudo dentro do Decreto 4313, não fugimos em nenhum momento disso.

Então, para mim, eu estou sendo vítima de um complô, de uma injustiça muito grande e vou lutar até o fim para que isso se reverta.

Eu não vou concordar com isso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A próxima oradora inscrita é a professora Rosane Cury, da Escola Lysímaco Ferreira da Costa, a quem passamos a palavra por cinco minutos.

A SRA. ROSANE CURY

Boas tardes, senhores deputados.

(**Lê**):

“Nós cidadãos, alunos, pais, professores, funcionários, membros da comunidade, compomos o movimento popular pela democracia na escola, lutando por uma causa mais que justa, pela liberdade de exercer um direito, o direito à democracia, o qual muitos sacrificaram suas vidas, para hoje termos voz.

É muito estranho que em um ano eleitoral os maiores redutos de votação que são nossas queridas escolas, sejam alvos dessas pseudo-intervenções, onde as chaves de todas as escolas foram trocadas, e pagas com dinheiro das APM. Existem melhores usos para o dinheiro suado dos pais.

Que isto tenha ocorrido de forma violenta e antidemocrática, denotando abuso de poder.

Que tudo tem vistas ao ministério público, para maiores esclarecimentos.

Que vivemos, até prova em contrário, em um estado democrático de direito.

Cabe dizer que os sábios educam pelo exemplo, e que não há nada que mais avassale o espírito humano suave e profundamente do que o exemplo.

O movimento popular pela democracia na escola torna público a réplica à secretária da Educação do Estado do Paraná.

Com o conhecimento de toda a comunidade escolar paranaense. (Eleitores nas próximas eleições)

Existe sim, assédio moral, dentro das escolas sob intervenção, que afetam diretamente nossos alunos, seus familiares, nossos professores, estes já tão marginaliza-

dos, nossos funcionários e nossa imagem como um estado de vanguarda.

Esse assédio moral, que vulgarmente conhecemos como fritura, é toda aquela ameaça, humilhação, coação que nossa comunidade escolar vem sofrendo, exemplo: O funcionário que passou por concurso público que após vários anos lotado, trabalhando, na sua escola, é sem mais nem menos, convidado a mudar de escola, pois misteriosamente ficou sobrando na escola.

Qualquer atitude de questionamento é imediatamente suprimida com assinatura de advertência que levam à disposição da secretaria.

Que este assédio é previsto no código penal com pena inicial de reclusão de 2 anos. O estatuto é responsável pelos desmandos de seus representantes.

Incansavelmente foi procurada a ouvidoria da SEED e a Ouvidoria Geral do Estado, com pedidos de esclarecimentos protocolados a até agora sem respostas!

Que o clima de insegurança e terror se instalou nas nossas escolas tomando o lugar onde outrora florescera a democracia”.

Nobre deputados, pedimos uma ação imediata, uma vista a esses processos, que nada existem. Porque o que está em jogo aqui, é o exercício da democracia.

O SR. MARCOS ISFER (**Pela Ordem**)

Professora Rosane, como alguém de Curitiba, como o deputado Algaci Tulio há pouco falava, o deputado Vanhoni e tantos outros que aqui estão e que conhecem tão bem a história, principalmente do nosso Lysímaco Ferreira da Costa que formou toda a geração da Água Verde, Portão. Enfim, parece-me ser uma das escolas com maior tradição dentro de Curitiba.

Como membro do PSS, partido que tem por presidente regional o nosso companheiro Rubens Bueno, que é o autor da lei de votação direta para diretor de escola, não podíamos deixar de nos manifestar, porque estamos muito surpresos, tanto com o seu trabalho, como com o da professora Dilma, que já é conhecida da comunidade. Quem no Bairro Alto não conhece o trabalho da professora Dilma?

Quer dizer, a gente começa a ficar bastante assustado quando vê esse tipo de medidas arbitrárias sendo tomadas também nas direções das escolas. A arapongagem que anda por aí a nível de governo federal, parece que, de repente, se instala também nas eleições das nossas escolas, onde as coisas são feitas de forma ditatorial.

Nós não podemos permitir que isso ocorra, e pode ter certeza, a senhora terá apoio aqui da Assembleia Legislativa, porque todos esses processos - como bem disse a senhora, são processos falhos, falsos, criados apenas para impedir que aquelas pessoas que tiveram uma delegação tanto por parte da população, da comunidade, dos alunos, dos professores, assumam seu lugar.

Então, tanto eu, como deputado Algaci Tulio e outros que aqui estão, iremos nos somar para que, efeti-

vamente, seja cumprido aquilo que a lei diz: aquele que é mais votado deve assumir.

É isso que a comunidade deseja. Acho que esse respeito à população tem que ser sempre mantido, para que a gente não volte ao velho tempo da ditadura.

A SRA. ROSANE

Brilhante sua exposição. O que nós queremos é que a democracia não seja esquecida e não seja servida ao bel-prazer.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, o deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhores deputados, já é de conhecimento da Comissão de Educação alguns problemas relativos ao processo de escolha dos novos diretores nas escolas públicas do Estado do Paraná. A Escola Lisy-maco Ferreira da Costa em Curitiba, e a Escola Cecília Meirelles, já trouxeram, já expuseram na Comissão de Educação os problemas relativos.

Só para que V. Exa. tenha uma idéia bem sintética do caso de uma dessas escolas e que pela analogia, estende a outras. A professora Dilma, pelo menos até onde já recebi, enquanto deputado e presidente da Comissão de Educação, teve um processo administrativo para não permitir que ela assumisse, porque ela foi eleita pela maioria de todos os representantes da comunidade escolar, porque talvez estivesse, não há provas, mas talvez estivesse fazendo campanha a menos de 100 metros da escola, na eleição do diretor.

O senhor veja a que nível chegamos, não há provas concretas, deste episódio!

Então, a menos de 100 metros, a professora Dilma que tem 35 anos de serviço ao magistério do Estado do Paraná, na sua folha, como funcionária pública, não há uma única observação, durante esses 35 anos, e agora é impedida de assumir a direção da escola por esta “talvez” acusação, de estar procedendo a menos de 100 metros, poderia ser 80, poderia ser 78, da escola. Porque a partir de 100 metros é possível fazer uma pequena distribuição; dentro da escola não aconteceu nada, está se comentando fora da escola. Veja onde estamos chegando!

Acho que para que se possa dirimir e a Assembléia Legislativa cumpra o seu dever, já entrei com um requerimento, a nível da Comissão de Educação, pedindo explicações da secretária Acyone Saliba; até agora não recebemos nenhum comunicado a respeito do requerimento que já protocolamos na Secretaria de Estado.

Os vereadores da Câmara Municipal tentaram, de alguma forma, obter informações da secretária de Estado da Educação, porque essas unidades escolares são do município de Curitiba, e como todos nós sabemos, a Câmara dos Vereadores tem uma popularidade muito grande no município da nossa cidade. Até agora a secre-

tária não se dignou a tratar do assunto com os representantes da Câmara Municipal. Então eu quero pedir o seu apoio, enquanto presidente, dos deputados da Assembléia Legislativa, porque vou agora, solicitar uma audiência para amanhã, ou no mais tardar para depois de amanhã para que, definitivamente, traga os esclarecimentos a respeito da intervenção nessas escolas onde o processo de eleição transcorreu, mesmo contra o nosso entendimento, mas transcorreu dentro das normas do Decreto nº 4313. E mesmo assim, não está sendo observado o resultado que as urnas trouxeram, com a possibilidade de o Núcleo ter uma deturpação da vontade da comunidade educacional; mesmo assim as professoras escolhidas estão impedidas de assumir o cargo.

Então quero que V. Exa., enquanto Presidência, referende junto à secretária da Educação, para que ela receba os deputados da Comissão de Educação, e os deputados da Assembléia Legislativa que, por ventura se dispuserem a esclarecer este imbróglio em relação à intervenção nas escolas públicas do Estado do Paraná.

Estou agora ligando, em nome do presidente da Comissão de Educação, para que a secretária nos receba, se não hoje à tarde, se não amanhã, se não depois de amanhã, para que se possa, de forma definitiva, dirimir este imbróglio em relação a estas escolas.

Muito obrigado.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu queria, até aproveitando que a discussão aqui é a questão da Educação, para colocar a Casa e esta Presidência a par do que aconteceu neste final de semana em Londrina. Nós tivemos uma seqüela muito grande, com prejuízos muito grande à nossa cidade, em função do grande período em que duraram as greves, no Estado do Paraná.

Lá em Londrina, nós temos a UEL, que é a maior universidade estadual do Paraná, e conseqüentemente também tivemos os prejuízos maiores. A cidade perdeu muito e costumamos dizer lá que a cidade perde do sorveteiro ao hoteleiro, todos perderam! Isso sem contar a angústia dos pais e dos alunos em término de curso e de quem estava pretendendo prestar vestibular.

Para minha surpresa, depois de resolvida a questão da greve, foi marcada uma data para realização do vestibular que aí seria, em quase todas as universidades que estavam em greve. E acordo cedo, pela manhã, na sexta-feira, vejo na Folha de Londrina, manchete em letras garrafais de primeira página, uma declaração da secretária Alcyone Saliba, de que não iria emprestar as escolas estaduais para que as universidades realizassem o vestibular, nem que o pedido “fosse do Papa”.

Diante disto, eu, como deputado de Londrina, passei a ser cobrado pela imprensa falada, escrita, televisada, para perguntar se tinha alguém acima do governador que tomava o papel de Papa. Por coincidência, estava indo a Cornélio Procópio, inaugurar uma escola das maiores lá, a reconstrução, e iria me encontrar com o governador

Jaime Lerner. E fui textual com o governador: “com uma assessoria assim o senhor pode dispensar o papel da Oposição no Paraná, porque daí não tem nem o que a Oposição fazer”.

Hoje, exatamente hoje, tal como estava na sexta-feira, quando fui para o aeroporto para pegar o avião para vir para cá, exatamente ao meio-dia, minha cidade estava com 38°. E ela, então, sugeriu que os alunos fizessem o vestibular no Estádio do Café, que é aberto e com este calor que faz neste verão, se chover não tem jeito e tal.

Quero, aqui, cumprimentar o governador Jaime Lerner pela decisão de momento, imediatamente, ele disse o seguinte “o vestibular será realizado nas escolas públicas do Paraná”, deixando mais uma vez a secretária Alcyone Saliba numa situação muito difícil, porque ela fala e depois tem que voltar atrás, porque o papa, até o final deste ano, ainda no governo do Paraná, imagino seja o governador Jaime Lerner.

Tenho dado sustentação, aqui, mas não admito este tipo de colocação. Quem fala o que quer, acaba ouvindo o que não quer. A secretária Alcyone Saliba precisa ser mais educadora do que orientadora de coisas e de causas públicas. Fiquei envergonhado desta posição. Ainda bem que o governador teve sensibilidade e tomou a medida, de imediato, porque imagine que se o governo do Paraná ela não recebe, nem se for pedido do papa, imagine de um deputado. Aí, fui com os “dois pés na cara dela”, como tenho feito, defendendo evidentemente, o governador, que fico com pena de ter a assessoria deste naipe.

Não tenho absolutamente nada contra a secretária, mas acho que ela deveria trabalhar mais e falar menor, porque, em boca fechada, não entra mosca.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, democraticamente, quero concluir, até porque a vinda das duas professoras foi um pedido da Comissão à qual pertence.

Quero apenas fazer um esclarecimento, que as duas professoras deixaram de colocar na tribuna, é que a secretária de Educação colocou duas interventoras na escola da D. Dilma, que são duas professoras que concorreram na eleição, em outros bairros de Curitiba, que não têm nada a ver com a comunidade onde está a escola da professora Dilma. E até hoje as duas professoras não puderam assumir o seu papel de intervenção. Quer dizer, é uma situação absurda, quando uma professora que ganhou a eleição não pode assumir. E, duas que perderam, em outras comunidades, estariam lá colocadas para pegar o lugar da professora Dilma! É um absurdo que se pratica na Educação do Paraná!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Edson Strapasson.

A questão levantada pelo deputado Ângelo Vanhoni, em relação à Comissão de Educação da Assem-

bléia Legislativa, nós vamos entrar em contato com o presidente da Casa, deputado Hermas Brandão, para ver o que é que a Executiva pode fazer.

O SR. EDSON STRAPASSON

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Inicialmente, gostaria de colocar, aqui, nossa solidariedade ao pronunciamento das professoras, diretoras, que através desse decreto anti-democrático que o Governo do Estado tem adotado, como forma até de colocar uma camisa-de-força no setor base educacional do Estado do Paraná, impondo muitas vezes restrições absurdas, sem qualquer justificativa, restringindo a ocupação de cargos legítimos daqueles que venceram eleições, daqueles que construíram e administraram, juntamente com a comunidade, a rede de educação, as escolas de várias regiões do nosso Estado do Paraná.

Evidentemente, cabe ao governador, cabe à sua Bancada de deputados, cobrar uma postura legítima, para que seja respeitado, além de tudo a democracia, a atuação daqueles que constroem o que se faz de positivo neste Estado do Paraná.

Mas o motivo que me traz a esta tribuna, senhores deputados, é para fazer um questionamento bastante polêmico, mas que eu jamais poderia deixar de estar aqui hoje, pelo que tive pela manhã a oportunidade de acompanhar de perto o desespero, os momentos de angústia de uma família que foi vítima de um assalto hoje pela manhã.

O Sr. Gabriel, ao abrir a sua panificadora em Colombo, foi abordado por dois cidadãos que lhe deram voz de assalto, ao qual ele sem saber por que, acabou recebendo 2 tiros que atingiram a sua cabeça e, neste momento, encontra-se em estado terminal praticamente desenganado pelos médicos.

Esta é a realidade dos nossos cidadãos metropolitanos, onde no sábado, ao amanhecer, tivemos os bandidos, ladrões sequer respeitam a autoridade policial e curiosamente em frente à delegacia de Alto Maracaná o guardião do posto LM recebeu 6 tiros no peito, vindo a falecer instantaneamente, também vítima de bandidos latrocidas que assaltam e roubam no dia-a-dia, e que eu não sei, amanhã, deputado Zuk, qual vai ser o estabelecimento comercial, qual vai ser o cidadão que vai ter a sua vida ceifada por marginais e que a polícia não consegue identificar, sequer muitas vezes, munir o inquérito para que possa ser preso.

Infelizmente no Estado do Paraná, nós vemos hoje uma mídia, uma propaganda muito intensa, onde o governo do Estado vende a imagem do Estado perfeito, um Estado que realmente está conseguindo fazer a sua parte, vencendo a quadrilha de marginais.

Em Estado que gasta muito em propaganda, mas de fato na ação eficiente, deixando muito a desejar. E, eu, pela manhã, conversando com a família, pude sentir de perto o desespero de uma mãe, de uma esposa e dos filhos que tiveram o seu pai arrancado do seio da família,

desta forma. Com certeza, nós todos temos que nos indignar, nós todos temos que, aqui, falar bem alto e dizer que não dá mais.

É preciso, de fato, fazer alguma coisa urgente, não apenas a propaganda na televisão que convence aqueles que estão longe ou aqueles que felizmente, não sofreram esse atentado, mas é necessário enfrentar de perto uma situação.

(Passa a usar o horário de liderança)

Senhores deputados, eu gostaria de fazer uma abordagem. Quando eu tive a oportunidade de ligar para o delegado de Alto Maracanã, uma delegacia com uma área construída em torno de 150m², com 12 agentes, 2 escrivães e o delegado para cuidar no dia-a-dia de 50 presos, para buscar a comida, cuidar dos presos, da parte administrativa, do plantão, com certeza esta equipe é insuficiente apenas para fazer a gestão do dia-a-dia da delegacia.

Investigação, senhor presidente, para buscar saber quem são os assassinos que estão roubando e assassinando, o delegado me disse “sem condições”, a delegacia apenas tem condição, se houver alguma denúncia, alguma pista, talvez, de algum policial tentar localizar alguma pista. Agora, fazer a investigação de fato, com certeza, não o faz.

Não fazendo a investigação, pergunto aos senhores deputados: cadê a polícia investigatória? Cadê o papel da Polícia Civil, que deve no dia-a-dia buscar a identificação daqueles que realmente agredem a nossa gente? Com certeza, não podemos sequer pedir a justiça, se a polícia não consegue fazer a sua parte! Se o Governo do Estado mantém uma Delegacia com quadro insignificante de policiais, com uma cadeia superlotada de presos, sendo que ali não é função manter presos; se tem uma Delegacia, senhoras e senhores, que não consegue sequer sair às ruas para investigar, que tipo de justiça pode esperar o nosso cidadão? Que tipo de punição podemos imaginar que terão essas gangues, essas quadrilhas?

Com certeza, nenhuma, gerando a impunidade e acima de tudo a liberdade e um campo fértil para que a marginalidade, para que o crime se expanda de forma incontrolável em nosso Estado, em nossa região, proporcionando a cada cidadão, que no desespero do dia-a-dia, acaba tendo que comprar uma arma, que muitas vezes é roubada para armar o criminoso, o bandido, porque, infelizmente, deputado Algaci Tulio, que acompanha no dia-a-dia esse quadro, com certeza, que se nos colocarmos na situação do cidadão comum não há outra forma de a fazer senão se armar, senão tentar evitar que matem a nossa família, através de uma resistência.

O Governo, a quem compete combater o crime, não faz a sua parte; a polícia não tem condição de investigar, permitindo que a impunidade prevaleça, que o crime corra solto e que todos fiquemos aqui acompanhando apenas os milhões e milhões que são gastos na imprensa para vender a imagem positiva e que nós aqui, fiquemos muitas vezes apenas acompanhando as denúncias de des-

vio de dinheiro, de falcatura que rouba o dinheiro público, que é o mesmo que faz parte para colocar um efetivo decente nas delegacias de polícia, que faz falta para que o Estado possa investir dando equipamento e estrutura necessária à polícia do Estado do Paraná, que está em estado terminal, mas infelizmente, quem está morrendo é o cidadão, que não tem outra forma de se defender, senão fazer a sua parte.

O Sr. Algaci Tulio

Deputado Strapasson, permite-me um aparte?

(Assentimento)

Preferia não cumprimentá-lo pelo seu discurso, porque, lamentavelmente, traz uma notícia ruim, triste, que envolve a comunidade do nosso vizinho município de Colombo, num crime bárbaro que aconteceu durante a madrugada de hoje; crimes têm acontecido no dia-a-dia, na cidade de Curitiba e na região metropolitana.

Vemos hoje, deputado Strapasson, as nossas Delegacias de Polícia se tornando verdadeiros barris de pólvora e isso não é novidade; é notícia velha em fatos novos que estão acontecendo aí.

Até no horário de almoço, eu estava num determinado local almoçando, quando encontrei com um delegado, que me reservo o direito de não citar o seu nome, ele dizia: “Deputado Algaci Tulio, lamentavelmente, o governador quis ajudar e acabou atrapalhando a polícia.” Por quê? Porque o governador deu uma gratificação de R\$100,00 para o Quadro Geral do Estado, que é assunto que vamos discutir durante a tarde, aqui no Plenário desta Assembléia. Mas, ao mesmo tempo, dá um reajuste salarial de 130% para investigador de Polícia que exercer a função de carcereiro.

Com isso, o que está acontecendo é que não temos mais policiais na rua, especialmente o policial civil. Ele não vai para rua descobrir quem é o matador, o criminoso, não vai investigar qual é o elemento que está traficando drogas, ele disputa dentro da delegacia a escalção para ser o carcereiro do dia, o carcereiro de plantão, porque aí ele está inserido nos 130%.

E um carcereiro que ganha 130%, que não tem todas as necessidades de estudo, como tem um escrivão de polícia, e o escrivão de polícia é o coração da delegacia. Pode não estar o delegado, porque o escrivão faz o papel dele. O que acontece? O escrivão de polícia passa agora a ganhar menos do que o carcereiro da delegacia!

Quer dizer, na tentativa de ajudar, o governador acabou lamentavelmente, errando. Mal orientado pela sua assessoria, cria um problema na polícia.

E os resultados acabam refletindo na rua, onde não temos polícia, há falta de gente para investigar, e pai de família, trabalhador, a sociedade, está pagando caro pela violência que toma conta da nossa cidade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Obrigado.

Solicito ao deputado, se pudesse encaminhar o encerramento do seu pronunciamento.

O SR. EDSON STRAPASSON

Obrigado pelo aparte, deputado Algaci, e realmente, essa questão transcende a questão de política, de Situação ou Oposição.

É uma situação a nível de região metropolitana desesperadora, e que se alguma coisa não for feita de imediato, para conter essa onda de crime, com certeza nós todos temos a nossa parcela, na medida de nós inclusive, não exigirmos que o Governo do Estado tome uma atitude definitiva e que possa estruturar, para que não tenhamos investigadores, carcereiros, para que tenhamos definitivamente, um quadro de polícia com quadro para investigação, com capacidade técnica para investigar, para fazer inquérito, para fazer pedir a prisão e para punir os responsáveis.

Certamente, não na situação que está hoje, nós queremos a sensibilidade do governo do Estado, do secretário da Segurança, no sentido de colocar um efetivo para essa Delegacia de Alto Maracanã, que apenas com dez, doze homens, estão atendendo um quadro de mais de 150 mil habitantes.

É uma coisa absurda, que qualquer elemento, sem conhecimento técnico, acharia ridículo o quadro de policiais que temos hoje, para uma região tão problemática, e que hoje o crime corre a solto, e infelizmente, o governador, a impressão que dá, que não quer ver ou pelo menos se está vendo, está ignorando.

Queremos aqui colocar que não é possível permanecer com esse quadro. Voltaremos a esta tribuna, e se for o caso, vamos mobilizar um protesto, uma manifestação, talvez ele possa ouvir, sensibilizar, estruturar uma delegacia que atende uma região tão vasta e que está sendo tratada de forma tão desrespeitada, como é a nossa região, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, deputado Fernando Guimarães.

O SR. FERNANDO GUIMARÃES

(Lê):

“Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Pela primeira vez ocupo a tribuna desta Casa, oportunidade em que desejo primeiramente expressar a elevada honra e o privilégio que tenho de fazer parte deste parlamento e agradecer pela acolhida por parte de todos os deputados e também pelos funcionários deste Poder.

O meu objetivo na data de hoje é levar ao conhecimento deste Plenário que no sábado passado, dia 16 de março, foi realizado o I Fórum Evangélico de Segurança Pública, promovido por esta Assembléia Legislativa e coordenado por este deputado.

Tivemos a satisfação de contar com a participação de membros da comunidade curitibana e de outros municípios do Estado, e de diversos segmentos da sociedade organizada.

Salientamos ainda que um relatório do Fórum está sendo elaborado, e nos próximos dias estaremos reque-rendo à Mesa que o mesmo seja transcrito nos anais desta Casa, e em seguida as propostas e sugestões apresentadas pelos participantes serão encaminhadas ao doutor José Tavares, secretário de Estado da Segurança.

Gostaria de deixar registrado o meu agradecimento ao presidente desta Casa, deputado Hermas Brandão, que nos apoiou integralmente nesta iniciativa tornando possível a realização desse importante evento.

Registro ainda a participação do doutor Roberto Ferreira do Nascimento, delegado geral adjunto do Departamento de Polícia Civil que representou o secretário José Tavares; o doutor Rafael Cassetari, juiz do Tribunal de Alçada; o coronel Sanderson Diotalevi, secretário municipal da Defesa Social; doutor Henrique Silva, conselheiro da Vara de Execuções Penais; doutor Stélio Machado, delegado do 7º Distrito Policial desta Capital, o senhor Júlio Cezar, presidente da Força Trabalhista do Paraná e também presidente da União das Associações de Empregados da CIC, senhor Pedro Paulo, presidente da ONG Luto pelo Brasil; e senhor Jefferson Furlan, diretor da Embrasil, empresa de segurança privada entre outras lideranças e pastores presentes.

Ressaltamos que por proposição do secretário municipal de Defesa Social, Cel. Sanderson Diotaleve, e com o apoio unânime do plenário daquele evento, o I Fórum Evangélico de Segurança Pública foi transformado em Fórum Permanente, cabendo a este deputado, também por decisão unânime, a incumbência de conclamar os diversos segmentos da sociedade e continuar a discussão sobre o tema, procurando alternativas para auxiliar os órgãos competentes na solução das questões ligadas à segurança pública do Estado!

Deputado Strapasson, foi providencial a sua palavra, e gostaríamos de convidá-lo a fazer parte deste Fórum, assim como todos os deputados desta Casa.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, prezados visitantes:

Ponta Grossa foi agraciada na última semana com alguns investimentos que já tinham sido pré-estabelecidos há vários meses e entre eles a reforma do Colégio Estadual Regente Feijó, onde eu tive a honra de ali estudar e dizer que é um dos melhores estabelecimentos públicos de ensino do Estado do Paraná. S. Exa. o gover-

nador, fez questão de ir à nossa cidade para fazer a inauguração daquela reforma ali efetivada.

Ponta Grossa agradece toda a atenção que o governo Lerner tem dado no setor industrial e em outros setores que o governo tem ali atendido.

Mas, senhor presidente e senhores deputados, agora quando os senhores professores que aqui nesta Sessão reclamavam os direitos pelos quais nós nos somamos, e quando os professores da minha cidade e os alunos reclamavam através de faixas e de uma reclamação ordeira dos sete anos e pouco sem aumento, o que é que fez o governador Lerner?

Por sua determinação, fez com que não só o efetivo policial de Ponta Grossa, que atende toda a região dos Campos Gerais, mas que algumas Forças Especiais da Polícia Militar aqui de Curitiba se deslocassem até a nossa cidade e fizessem um aparato que é digno de registro, não de uma nota, mas de uma página inteira: “PM isola centro para proteger Lerner” Parecia uma operação de guerra! Isolaram cinco, dez, doze, catorze, vinte, vinte e cinco, trinta quadras! Ninguém chegava nas proximidades do Colégio Regente Feijó. Nem os moradores que haviam saído e queriam retornar às suas casas! Nem comerciantes, deputado José Maria Ferreira, que têm no centro os seus estabelecimentos ali não podiam chegar, porque a área estava isolada para carros e para pedestres. Fez com que toda a população de Ponta Grossa ficasse marginalizada de uma área que eles pré-determinaram.

Horário marcado para inauguração, às 9h, e circo esse feito, até às 12h. O comércio, os estabelecimentos bancários, tudo que se situava naquela área não tinha acesso de ninguém. Alguns manifestantes conseguiram chegar perto do palanque onde se encontrava o Lerner, porque haviam pernoitado em alguns apartamentos de amigos próximos ao centro, e ali estava eles com as faixas: “Lerner mentiroso”, mostrando a verdade do Paraná e por essa falsidade que ele paga à imprensa, ou a parte dela. Para divulgar, mostrar as faixas, imediatamente, 30, 40, 50 manifestantes. A polícia agiu para que a imprensa não registrasse o que estava escrito. Lerner mentiroso, falso, demagogo, enfim, mostrando o que ele é. A polícia aqui está, alguns realmente documentaram um palanque que formaram espetacular, e embaixo do palanque nada, essa mesma imprensa livre.

Estou entrando com um requerimento e a imprensa aqui credenciada vai ter a oportunidade de ver na coluna do Jornal da Manhã, e mais de perto a matéria observatória, uma imagem de aproximadamente 20 cães policiais, perfilados, e um gatinho angorá, fortinho, rosto do gatinho cheio, e diz a matéria o seguinte:

“Esta imagem é propícia para se fazer um comparativo com a visita que o governador Jaime Lerner fez a Ponta Grossa, na última sexta-feira. O gatinho frágil faz às vezes dos poucos manifestantes que se atreveram a protestar pela falta de reajuste salarial no magistério há sete anos. Já os pastores alemães, cabem como uma luva para ilustrar o aparato policial que foi colocado para

“proteger” o governador. Muitos não se recordam de terem visto tamanha truculência nas ruas, rendendo comentários mordazes nas rádios se era o Papa que estava visitando a cidade. O trânsito virou um inferno, pois várias ruas foram fechadas para impedir o acesso à praça Barão do Rio Branco. As faixas de protestos que os manifestantes portavam foram retiradas pelos policiais, como se tirassem o pratinho de leite do gatinho indefeso. Em meio a tanta confusão, o governador inaugurou o Colégio Regente Feijó, alheio à repressão sofrida por aqueles que apenas queriam ver seus direitos respeitados. E os pastores alemães lá, acuando o pobre felino que não podia nem ao menos ronronar: abaixo a repressão.”

Senhor presidente, peço, por gentileza, o Horário do PDT.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sim.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor deputado, se o governador fosse o que ele demonstra ser na rádio, na televisão e jornal, ele poderia ter uma segurança como têm os outros governadores, como possuem os ilustres homens públicos, que é uma segurança que deve fazer com que seja respeitada por aqueles, que às vezes não têm um pouco daquilo que sobra nos outros. Mas não fazer o que fizeram com o comércio, a indústria, os profissionais liberais, os estudantes e com aqueles que não tinham credenciamento para chegar perto.

Falei no início e o deputado Plauto aqui não se encontrava, que Ponta Grossa agradece o que ele tem feito, o que fez e o que poderá fazer. Mas será muito pouco, por aquilo que a cidade e a região lhe tem dado durante esse período de sete anos e meio frente aos destinos do Paraná. O que ele não poderia fazer é desrespeitar a população de Ponta Grossa, o comércio, cidadão e a mulher pontagrossense, impedindo que ela pudesse chegar à sua residência ou que fosse à farmácia comprar um remédio. Isso ele fez! Ponta Grossa é testemunha!

Concedo a palavra ao ilustre colega, também deputado de Ponta Grossa, Plauto Miró Guimarães.

O Sr. **Plauto Miró Guimarães**

Deputado Zuk, ouço com atenção o seu pronunciamento e quero lhe passar algumas informações que, talvez, o senhor não saiba. Existia uma articulação na cidade de Ponta Grossa, para que houvesse um grande movimento, do MST e da APP, liberada por estas duas entidades. Onde, pelo que sabemos o governador precautionou-se, para poder fazer com que confrontos lá não houvesse.

Acabou sendo desarticulado - eu, pessoalmente, ajudei nas conversações, junto com o prefeito de Ponta Grossa, que é do Partido dos Trabalhadores. Conseguimos que os movimentos não acontecessem.

O governador esteve em nossa cidade, atrasado, sim, porque o teto no aeroporto de Ponta Grossa estava fechado, e no horário exato ele não pôde chegar.

Quero dizer que estive presente na inauguração do Colégio Regente Feijó, que foi restaurado. Foi investido nele em torno de um milhão de reais. Ficou muito bonito, como lá na inauguração, em 1927, usando as mesmas cores.

Também na mesma visita a Ponta Grossa, mostrou aos pontagrossenses e retribuiu tudo que lá ele já teve nas urnas, liberando mais de um milhão e duzentos mil reais, para a reforma do Cine Ópera. Garanto que o senhor conhece muito bem, porque é pontagrossense e por muitas vezes deve ter assistido fitas de cinema. Ela vai sofrer uma reforma, recuperando e implantando o Teatro Municipal, fazendo com que a cultura da nossa cidade seja prestigiada.

O governador foi lá, sim. Visitou e inaugurou sem nenhum problema. Os alunos, a direção e os professores da escola o receberam de braços abertos. E, em especial, o nosso Cine Ópera vai se tornar no coração da nossa cidade, que está localizado na rua central, na Rua XV, em um amplo espaço cultural, onde será ali implantado e reformado.

Isso mostra, deputado, o quanto o nosso governador, de nós, paranaense, é desapegado em questões partidárias. O PT está trabalhando em nossa cidade, em uma linha ideológica, exatamente contrária à do governo estadual. Lá ele vai e tem prestigiado. Estão aí a reforma do Regente, o dinheiro do Cine Ópera, o dinheiro do Paraná Urbano e o dinheiro para a implantação das UTIs, que foram colocadas no nosso hospital.

Ponta Grossa, Valdir Rossoni e deputados de todas as regiões do Estado do Paraná, a Região dos Campos Gerais era a que tinha o maior índice de mortalidade infantil, porque não existiam as UTI's. Nenhum outro governador preocupou-se em lá implantá-las. O senhor Jaime Lerner colocou no Hospital Santa Casa de Misericórdia essas UTI's, para poder diminuir a taxa de mortalidade de crianças, que em nossa cidade nascem, atendendo também a toda a região dos Campos Gerais.

A prova está aí, um governador desapegado, que faz, sim, para os paranaenses, em especial, por nós, pontagrossenses.

Tenho o orgulho de poder estar ao lado desse governo, para ajudar a cidade, a qual me elegeram e que continua nos dando, através do seu voto, sua intenção de voto, nas pesquisas que lá são feitas, nos colocando sempre em uma posição confortável. Continua nessa linha, em defesa da nossa Ponta Grossa, independente do prefeito: é do Partido dos Trabalhadores, eu sou do PFL, mas em prol da cidade, eu sempre trabalho.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço o aparte do ilustre deputado Plauto Miró Guimarães, mas tenho que incluir no meu posicionamento que Ponta Grossa e a região dos Campos Gerais, o gover-

nador está devendo o Paraná Urbano desde a última administração da cidade que ele perseguiu. O que V. Exa. diz, que ele não é perseguidor, a mentira está desmascarada com o ex-prefeito de Ponta Grossa, que tinha toda a liberação do Paraná Urbano e o atual governador não liberou e liberou agora a gota d'água e ainda não totalmente aqueles projetos iniciais aprovados pelo Banco Internacional de Desenvolvimento.

Tenho também a dizer que Ponta Grossa reclama de muita coisa que o governo do Estado não tem dado, mas nós reconhecemos o que ele tem oferecido, mas é muito pouco pelo que representa o pólo industrial da nossa cidade.

Já fiz um levantamento em ICMS, o que o governador do Estado do Paraná tem arrecadado e o que ele tem devolvido em obra: tem devolvido muito pouco. A Câmara de Vereadores de Ponta Grossa está fazendo um levantamento da Sanepar, e está chegando à conclusão que é melhor tomar do governo do Estado e devolver o serviço de água e saneamento ao município da cidade, pela tirada de dinheiro da cidade de Ponta Grossa.

O governo não é isso que pintam, se fosse bom e não devesse nada não precisaria professoras vir aqui, sendo eleitas pelo voto direto da Associação de Pais e Mestres e ver a arbitrariedade do governo. Aqui não precisaria vir gente, funcionário público do Estado dizer que o Plano de Saúde é enganoso, que aqui está na Casa para ser votado. Se esse governo fosse sério, ele nos deixaria fazer a CPI dos Jogos da Natureza, para mostrar quem roubou, e gente próxima do governador! Se esse governo fosse sério, ele nos deixaria fazer a CPI do Pedágio, para ver se a planilha apresentada de custo operacional é o mesmo. Mas nós entendemos, nós sabemos que alguém realmente tem que estar do lado do governo.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Zuk, eu ouço o seu pronunciamento e V. Exa., com a experiência que tem, quem sou eu para querer aqui lhe dar um conselho ou dar qualquer contribuição ao seu pronunciamento? Mas ouvi atentamente as palavras do deputado Plauto e ouço as suas, porque tenho respeito.

Mas acredito que V. Exa. está fazendo política com o fígado. O que não faz bem à saúde. Poder ter certeza, deputado Zuk, que quando o prefeito do PT recebeu o governador Jaime Lerner, quando as obras lá foram inauguradas, quando os recursos estão sendo destinados a Ponta Grossa, que bom seria que eu representasse Ponta Grossa, porque Ponta Grossa foi uma das cidades do Paraná que mais indústrias recebeu com incentivos do Governo do Estado do Paraná.

Então, tenho certeza que V. Exa. está fazendo um discurso político; é o seu direito, mas está fazendo com o fígado, e isso não faz bem à saúde. É uma recomendação de quem aqui não é médico mas é um clínico político!

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço a participação do ilustre deputado Valdir Rossoni, mas infelizmente entendendo um pouco de anatomia pelos recursos universitários que eu fiz, não consigo tirar o fígado do meu organismo, ele faz parte de um todo, eu faço discurso com o fígado, com o coração, com a consciência e com a razão de que o governo deu pouco a Ponta Grossa ainda, pelo muito que ela contribuiu.

Senhor Presidente, encerrando, está estampado aquilo que nós queríamos noticiar, aqui estão os policiais arrancando as faixas dos professores, aqui está a violência mais uma vez estampada. Vimos na pessoa do deputado Plauto a defesa de que haveria uma grande manifestação contra, mas quem não deve não teme, se agora na época que não é pré-eleitoral ainda, está longe a eleição, 6 meses, como é que esse governador vai chegar em praça pública?

Encerro, senhor presidente, dizendo o seguinte: daqui até Ponta Grossa é uma hora de carro, não há necessidade de ir de avião, e o tempo que o pessoal e as crianças, Rossoni, ficaram esperando, das 8 da manhã ao meio dia, é uma falta de educação e de respeito à população o atraso com uma desculpa que não cabe. Poderia ir de carro e chegar na hora e respeitar o povo da minha cidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente e senhores deputados.

Subo mais uma vez a esta tribuna, onde fazemos o discurso. Aqui nós somos realmente os verdadeiros representantes da população, principalmente nós que somos lá do interior do Estado do Paraná.

Como deputado, que já fui vereador, prefeito, segundo mandato de deputado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Pela ordem, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Deputado Nelson Tureck, desculpe-me pela interrupção, mas é para fazer uma comunicação aos senhores deputados e os professores visitantes, das Escolas Cecília Meirelles, Professor Lysimaco Ferreira da Costa e outras escolas do Estado do Paraná.

A secretária de Educação vai receber os deputados amanhã, às 11h30 da manhã. Gostaria que um representante de cada escola estivesse amanhã às 11h30, na frente da Secretaria de Educação, porque nós vamos lá discutir com a secretária Alcyone Saliba.

Todos os deputados são convidados para comparecer.

Muito obrigado.

O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente, dizer que é mais uma vez que estamos hoje, concluindo mais um discurso nosso, quando falamos em um projeto social, quando falamos em um projeto de vida, de um governo do Estado do Paraná, que se preocupou em fazer uma das maiores reformas agrárias desse Estado. Hoje, com mais 400 vilas rurais, já construídas no Estado do Paraná, mais de 120 mil pessoas tendo uma casa digna.

Quando subo a esta tribuna, falo com o coração, falo do verdadeiro sentimento do trabalhador lá do interior do Estado do Paraná.

Falo do vileiro, que vive com a sua esposa, com os seus filhos, em uma casa de primeira qualidade. Uma casa de 44 metros, 5 mil metros de área para ele poder fazer a sua plantação de maracujá, ter ali o seu leitão, a sua galinha, a sua vaca de leite, o seu milho e o seu arroz. Vejo a alegria de um pai de família, porque muitas vezes não é com riqueza, com fortuna, que uma pessoa vai ser feliz.

A felicidade está quando o governo se preocupa e estende a mão àqueles que mais precisam.

No Brasil, senhores deputados, não existe um governo de um Estado brasileiro, que tenha um projeto igual às vilas rurais, e no qual neste momento faço uma saudação especial, ao grande secretário de Estado, Rafael Dely e toda a sua equipe, que com muita competência fizeram um dos maiores projetos sociais da história do Paraná, do Brasil, e que é exemplo para o mundo, quando se fala em justiça social, quando se fala em solidariedade.

É por isso, que aqui nesta tribuna, que fui eleito com 28 mil votos, e que represento o povo do interior do Estado do Paraná principalmente, a região de Campo Mourão, a nossa região da Acomcam, para aqui dizer de um projeto que dá gosto, de um projeto de vida.

O governo Jaime Lerner deveria sim, mostrar muito mais na televisão, fazer propaganda, mostrar a felicidade e a alegria de um vileiro. Outro dia, estivemos com o secretário da Habitação inaugurando vários centros de convivência na nossa região do Estado do Paraná.

Já citei, no município de Goioerê, de Quarto Centenário, de Rancho Alegre, Engenheiro Beltrão, Farol e mais dez municípios em que vão ser inauguradas belíssimas obras para o vileiro fazer sua reunião, seus encontros com a sua comunidade, para ali serem discutidos problemas da sua comunidade.

Dizer ao Rafael Dely e deixar registrado desta tribuna, se um dia Deus quiser, eu ainda posso ser governador do Paraná, porque quem começou como vereador, foi prefeito de uma cidade de quatro mil eleitores, fazer vinte e oito mil votos, deputado estadual por duas vezes, um dia poderemos chegar, porque o sonho é esperança, é vida e a esperança e a vida nunca vamos esquecer, por ter um Rafael Dely como secretário de qualquer governo, porque tenho certeza que qualquer governo queria um secretário igual a Rafael Dely.

Quero dizer que é uma alegria você poder chegar em uma Vila Rural, ser tão bem recebido, ver o vileiro agradecer o governo do Paraná, por esta obra onde paga 18 ou 19 reais de prestação. Tivemos o Rafael Dely entregando os títulos aos vileiros.

Por isso digo que falta mostrar mais ainda ao Paraná, falta mostrar ao Brasil, porque o que é bom tem que ser mostrado, mostrar exemplo. Não tem um governo neste Brasil que tem um projeto solidário igual ao governo Jaime Lerner. Aonde, neste Brasil tem um governo que tem dinheiro a fundo perdido, do Paraná Doze Meses? Me mostrem um! Não existe nenhum! O governo Jaime Lerner, através de um projeto do presidente da Assembléia, Hermas Brandão, quando foi secretário da Agricultura, em conjunto com o governador da Emater, fizeram um dos maiores projetos desta história, de dinheiro a fundo perdido ao nosso pequeno trabalhador do interior do Paraná, porque o governo quer que ele fique lá, porque lá é o lugar do pequeno trabalhador, no interior do Estado do Paraná, aonde tem seu trabalho e seus filhos vão estudar com as belíssimas escolas que foram construídas ou reformadas, com laboratórios de informática, e esta infra-estrutura, graças a Deus, temos hoje no interior do Paraná.

Portanto, senhor presidente, eu que sou um político “feijão com arroz”, pela humildade e simplicidade, porque nós respeitamos os discursos de parlamentares, porque somos amigos aqui dentro, pelo contraditório de políticas, idéias e partidos, mas não podemos jamais esquecer de um projeto igual à vila rural, de um projeto igual ao da educação, como agora, com investimentos do Proen, em todas as escolas do interior do Paraná, porque dá gosto visitar uma escola. É o nosso diretor trabalhando, é o presidente da APM, é o conselho.

Em reconhecimento ao vileiro de Nova Cantu, que com a maior alegria me convidou depois de uma reunião em Santo Rei para que fosse às 11h30 na sua casa, para mostrar o que ele está fazendo, para mostrar a sua mulher, o seu filho e ver como estão felizes pelo projeto da vila rural do governo do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Grande Expediente, concedo a palavra ao deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, eu declino.

O deputado Nereu Moura iria usar parte do horário. Eu declino em seu favor.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Grande Expediente, com a palavra o senhor deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados.

Assistimos, neste final de semana, a inauguração, ou, aliás, a reinauguração da ponte sobre o Rio Paraná, na cidade de Umuarama, denominada Ponte Luiz Eduardo Magalhães, no Porto Camargo.

O que chamou a atenção, senhor presidente, é que esta ponte já havia sido inaugurada pelo governador Jaime Lerner e pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 1999, com o mesmo estardalhaço da reinauguração. Lendo os jornais do Paraná e do Brasil, fiquei perplexo com o volume de propaganda em todos os jornais do Brasil: “O Globo”, “Folha de São Paulo”, “Estado de São Paulo”, e o que dizer, então, dos jornais do Paraná - todos eles! O Governo gastando um rio de dinheiro para fazer propaganda de uma ponte que já havia sido inaugurada no ano de 1999, e que, agora, teve a sua reinauguração.

Aliás, em 1999, quando foi inaugurada a ponte, a imprensa logo em seguida noticiou que era apenas uma jogada de marketing político, porque não tinham sido feitas as cabeceiras da ponte, o asfalto que dava acesso à ponte central sobre o Rio Paraná. E agora, o governador Jaime Lerner, gastou, com certeza, um valor exorbitante em propaganda na televisão, nos jornais, nas rádios do Brasil inteiro, para reinaugar uma obra que ele já havia inaugurado.

Senhor Presidente, este fato aconteceu também com a ponte sobre o Rio Paraná, na cidade de Guaíra, onde foi inaugurada três vezes pelo governador Jaime Lerner! A Usina de Caxias foi inaugurada quatro vezes! Colocava um tijolo e inaugurava! Tapava um buraco e inaugurava! E assim, o governador inaugurou quatro vezes a tal usina, e assim vai. E gasta-se dinheiro, e desperdiça-se dinheiro do povo! Dinheiro sagrado, gasto por uma obra irresponsável do governador que quer viver nas páginas dos jornais, fazendo propaganda com o dinheiro público, que deveria ser usado para a merenda escolar, para pagar o salário dos funcionários, para apoiar a agricultura.

E quanto gastou-se na ponte, deputado Ademir Bier? Quanto o governo gastou para construir a ponte sobre o complexo do Porto Camargo? Quanto? Cento e cinquenta e cinco milhões de reais! Sabe quanto é isso, deputado Marcos Isfer? Cento e cinquenta e cinco milhões de reais? É quatro vezes o valor desviado do Banco do Estado do Paraná em títulos podres comprados de Pernambuco, Alagoas, Santa Catarina, Osasco e Guarulhos! Dinheiro roubado do povo do Paraná! Daria para fazer quatro pontes sobre o complexo de Porto Camargo! 155 milhões, muito pouco em relação ao dinheiro roubado do povo do Paraná, num ato apenas do Banco do Estado desviando dinheiro para comprar os títulos podres e que acabou caindo nas costas do nosso povo, do nosso Estado! Mas para isso não tem propaganda! Para este serviço mal feito o governo não deixa sair na imprensa, gasta dinheiro para calar a voz do povo!

Mas, para reinaugar uma obra, uma obra como eu disse, cantada em verso e prosa, inaugurada com

foguetório, com propaganda vasta, aí se gasta rios de dinheiro na imprensa do Brasil inteiro, como se o povo de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Goiás, do Espírito Santo tivesse algo a ver com esta obra, tivesse algo a ver com uma obra aqui do Paraná! Gasta-se milhões de reais para atender o ego de uma criatura que tanta infelicidade tem causado ao povo do Paraná, um governador relapso, que usa, irresponsavelmente, o dinheiro do povo do nosso Estado!

Está aqui, senhor presidente, iremos mover uma ação no Ministério Público, para saber quanto o governador gastou para se auto-promover com essa propaganda pessoal, irresponsável, para reinaugar uma obra!

Aliás, esta obra, segundo me disse um amigo de Umuarama, já foi marcada a terceira inauguração dela. Assim que for pintada a ponte, o governador chegará lá, em porto Camargo, para reinaugar a obra, inaugurar a pintura da ponte! Depois, já está marcada outra inauguração; quando for colocada a iluminação na ponte o governador estará lá para, pela quarta vez, inaugurar a ponte, assim como ele fez com a Ponte Ayrton Senna, de Guaíra, e com a Usina de Salto Caxias, em Leônidas Marques! É o dinheiro do povo, jogado pelo ralo da incompetência, pelo ralo do desprezo ao dinheiro público!

Concedo o aparte ao deputado Marcos Isfer.

O Sr. Marcos Isfer

Agradeço o aparte.

Agora, além de tudo isso que V. Exa. coloca, tem outro fator que me chama muito a atenção.

Eu li essas notícias, li todos os anúncios que esta ponte foi feita com recursos paranaenses. E aí eu me pergunto, por que é que não temos nenhum paranaense para homenagear, como o governador Ney Braga, que integrou o Noroeste, como Anibal Khury, que foi presidente desta Casa e criador da lei que tornou Umuarama município? Enfim quantos e quantos paranaenses poderiam ser homenageados com uma obra feita com dinheiro paranaense? E vemos, estranhamento, o nome de Luiz Eduardo Magalhães! Então, eu estranhei muito que isso tivesse ocorrido, porque nós fazemos uma obra sem nenhum recurso federal! Se fosse, recurso federal, se esse deputado, já falecido, tivesse auxiliado à concretização desta obra, até poderíamos aceitar que houvesse uma homenagem, mas uma obra realizada com recursos paranaenses, para homenagear um deputado baiano? Eu lamento muito que, neste momento, o Paraná fique diminuindo e não homenageie os seus paranaenses!

O SR. NEREU MOURA

Obrigado, deputado Marcos Isfer.

De fato, é outro problema que V. Exa. levanta, extremamente grave, por que colocar o nome de Luiz Eduardo Magalhães numa ponte construída com dinheiro público? Por que, com todo respeito que este cidadão merece, da nossa parte e já falecido? Mas ora! Se é dinheiro do nosso povo, teríamos que homenagear pes-

soas aqui, que ajudaram, que construíram, que lutaram por nosso Estado! E não homenagear um cidadão que talvez nunca tenha colocado os pés aqui nosso Estado, e que não merecia esta homenagem, porque esta obra foi construída com o dinheiro do povo do Paraná! Inclusive, deputado Marcos Isfer, seria o caso de a Assembléia Legislativa revogar este decreto, através de um projeto de lei, e colocarmos nós, deputados estaduais, uma homenagem que valesse a pena, homenageando alguém que mereça ser homenageado. E não fazer proselitismo com Antônio Carlos Magalhães! E não fazer demagogia com quem não merece homenagem e colocar o nome de uma ponte reinaugada, em nome de alguém que não tem nada a ver com o Paraná!

Por isso, devemos pensar aqui nesta Casa e fazer tramitar um projeto de lei anulando o decreto do governador Jaime Lerner e colocando o nome de um paranaense! Talvez alguém lá da barranca do Rio Paraná, um pescador daqueles, um pirangueiro daqueles, que deram sua vida pelo nosso Estado, que ajudaram a construir com seu braço forte a história do Paraná! E não alguém que não tenha nada que ver com nosso Estado, receber uma homenagem desta magnitude!

Por isso, senhor presidente, vamos pensar e analisar juntos, aqui nesta Casa, para que possamos fazer esta idéia prosperar.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado Nereu Moura, exatamente na sua linha de raciocínio eu queria sugerir que a Assembléia Legislativa apresentasse um projeto de lei homenageando um paranaense. Não necessariamente um político, um governador. Até como engenheiro civil, acho que seria uma grande oportunidade nós fazemos uma homenagem aos engenheiros civis do Paraná e que muito deram pelo nosso Estado e que muito auxiliaram no progresso e no desenvolvimento do nosso Estado. Principalmente, porque é uma obra de arte de grande porte, uma das maiores feitas no nosso Estado.

Acho que esta homenagem poderia partir da Assembléia Legislativa. E nós poderíamos pedir, inclusive, ao Instituto de Engenharia, para que fôssemos o mais democráticos possível, pedir ao Instituto de Engenharia que sugerisse o nome de um engenheiro que tivesse na sua carreira, na sua história, a tradição de construir pontes, para que pudesse ser homenageado por esta Casa e por este Estado.

O SR. NEREU MOURA

Obrigado, deputado.

Quero concluir, senhor presidente, mais uma vez deixando aqui gravado nos Anais da História do Paraná, dizer do nosso inconformismo em ver o governador Jaime Lerner andando com o dinheiro público, cercado de seguranças, cercado de mordomias, usando um avião alugado, pagando 58 mil reais num avião para transportá-lo pelo Paraná, quando o Paraná possui quatro aeronaves,

inclusive um jatinho, dois sênecas e um “King air”, um avião comprado pelo governador José Richa, que daria para suportar as viagens do governador! Mas, não! O governador Jaime Lerner não pode andar num avião que anda a 500 km por hora. Ele tem que ter um avião que ande a 700 km por hora. E aí o povo do Paraná paga por esta mordomia. O povo do Paraná desembolsa, mensalmente, 58 mil reais de aluguel pelo avião que o governador Jaime Lerner utiliza! São 5 milhões de reais num mandato! Setecentos mil por ano! Que é desperdiçado, jogado na valeta da imoralidade e da incompetência, usado por este governador! Não dá para usar as quatro aeronaves! Não dá para usar o jatinho que o governo tem, não precisa pagar nada que o governo tem funcionário público que é piloto, a manutenção é feita pela Casa Militar.

Tem que contratar um avião a jato melhor e de preferência que seja de algum compadre, algum financiador de campanha eleitoral para poder fazer com que os interesses fiquem acasalados!

É assim que vive o Paraná, senhor presidente, senhores deputados, nesta linha de fantasia, nesta miragem, nesta massificação dos meios de comunicação e lá aparece no Jornal Nacional o governador Jaime Lerner se auto-promovendo, fazendo demagogia numa obra que ele já inaugurou, reinaugurando essa mesma obra e, aí fica, principalmente o nosso inconformismo.

A obra de Porto Camargo, se ela não tivesse sido inaugurada em 99, caberia, sim, um grande movimento para inaugurá-la porque é um grande complexo importante para o Paraná, mas fizeram uma festa de arraial, uma festa grandiosa em 99 com dinheiro público, com dinheiro dos professores, com dinheiro do IPE, dos agricultores!

E agora, de novo, outra festa maior ainda, com foguetórios, com imprensa do Brasil inteiro!

Senhor presidente, estamos encaminhando ao Ministério Público uma denúncia por uso indevido do dinheiro público, por auto-promoção e propaganda. O governador não poderia ter feito propaganda pessoalmente da ponte!

Ele cometeu crime, usando dinheiro público para se auto-promover!

Nós estamos movendo uma ação para que o dinheiro público seja ressarcido e que o governador seja punido criminalmente por sua irresponsabilidade.

O Sr. Edson Strapasson

Deputado Nereu Moura, quero colocar o aparte, exatamente, no sentido de que o Poder Legislativo cobre do governo uma transparência maior nesta propaganda, nesta promoção de ordem pessoal, que muitas vezes é usada, até para promoção pessoal! É o mesmo dinheiro que faz falta para contratar, talvez, mais 10 agentes de investigação aqui na região metropolitana, com certeza os 58 mil por mês que são gastos para o fretamento deste avião, justamente para ter um avião de maior

avanço tecnológico, apenas para satisfazer essa vaidade pessoal do governador, com certeza R\$58 mil por mês seria suficiente para contratar mais 50 ou 40 investigadores para investigar, para combater o crime, para salvar vidas.

Então, essa vaidade, essa satisfação pessoal do ego custa o sangue de muitos paranaenses que não têm a segurança que deveriam ter porque o estado alega que não tem recursos, que não tem condições de dar o mínimo de atenção à questão de segurança!

Então, quero cumprimentá-lo por abordar esta questão onde o governo joga pelo ralo o sagrado dinheiro público que faz falta em tantos setores, para promoção, para satisfazer a vaidade, para muitas vezes atender os interesses daqueles que rodeiam o governo com o intuito de usurpá-lo para tirar benefício pessoal muitas vezes tirando, sangrando os cofres públicos de um dinheiro escasso e sagrado que o povo do outro lado clama por segurança, por saúde e por educação.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. NEREU MOURA

Obrigado, deputado Edson Strapasson.

Ao concluir, meu pronunciamento, V. Exa. lembrou muito bem, setecentos mil por mês, cinco milhões em quatro anos, gastos para alugar um jatinho! Enquanto que o Paraná tem um jatinho na garagem, mas, aquele jatinho, ao Lerner não interessa, interessa um mais moderno!

Cinco milhões daria para tapar os buracos das estradas que o deputado Basílio Zanusso colocou aqui; para conservar as estradas; para fazer escolas; para pôr calcário na terra dos agricultores; para contratar agentes de segurança pública; daria para melhorar. Mas, na cabeça do governador, isso tudo não tem valor, o que tem valor é o jato para ele andar; é a propaganda na televisão e nos jornais, para poder se promover e o povo do Paraná jogado à sua própria sorte!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Encerrado o Horário do Grande Expediente, passe-se ao Horário das Lideranças.

Consulta a Liderança do PL, PSC.

(Declinam)

Consulta a Liderança do PSDB se fará uso do seu horário.

Com a palavra o deputado Edno Guimarães.

O SR. EDNO GUIMARÃES

Senhor presidente, meus companheiros deputados, deputada.

Passei alguns meses sem usar a tribuna por motivo justo, pois passei por uma cirurgia que veio a se agravar, não podia falar, forçar muito; foi um nódulo no céu da boca. Mas, graças a Deus, estou bem.

Voltamos hoje à tribuna, iniciando este ano de 2002, para dizer aos senhores parlamentares e registrar

nos Anais desta Casa, a nossa presença na inauguração da ponte de Porto Camargo.

A ponte tem uma dimensão de dezesseis quilômetros, porque são cinco pontes e o restante são aterros. Ao todo são dezesseis quilômetros de ponte, porque os aterros custaram tão caro quanto as pontes pelo local que foram construídas.

Queremos parabenizar ao governo do Estado e dizer aos companheiros deputados, que todos nós sabemos que é a maior ponte da América Latina sobre águas fluviais.

Essa obra recém terminada, há um engano do deputado Nereu Moura, que nós muito respeitamos, mas a ponte foi concluída há poucos dias. A Ponte de Guaíra, sim, foi inaugurada em 1999, mas a de Porto Camargo, que liga Mato Grosso do Sul ao Estado do Paraná, no município de Vila Alta, que tenho prazer de representar, próximo de Icaraíma, aonde está 100% da ponte construída nesse município, foi terminada recentemente.

Essa ponte tem dezesseis quilômetros e é uma ponte que de fato gastou-se recursos, porque é uma obra magnífica e cara, mas que vem atender não só os anseios da região Noroeste, porque isso vai fazer com que o governo o Estado faça uma rodovia que ligue com facilidade lá do extremo Noroeste do Paraná até a cidade de Campo Mourão.

A estrada boiadeira, que tanto o deputado Tureck como outros parlamentares, falaram, junto na inauguração, na solenidade, mais uma vez o governo do Estado cobrou do presidente Fernando Henrique Cardoso, e disse com todas as letras, calmamente. Do seu lado o governo do Estado de Mato Grosso e do outro lado o ministro dos Transportes: "A Estrada Boiadeira será construída no meu governo, de Campo Mourão até Cruzeiro do Oeste.

Então, nós temos certeza e temos lido, estive falando com o nosso presidente Elio Rusch, ouvi ele dizer em uma das entrevistas, já vi também nos jornais escrito que a ponte de Guaíra é sobre um rio nosso, estadual. A ponte de Porto Camargo também.

E nós sabemos, e nós aprovamos. O governo central entrou com um valor irrisório na construção dessas pontes.

O governo do Mato Grosso entrou com o barranco do Estado e o Governo Jaime Lerner construiu esse grande projeto no Estado do Paraná.

Está aí, pronta! Tenho certeza que em breve teremos o término da estrada Boiadeira, até Cruzeiro do Oeste, porque senão a nossa malha viária, que temos trechos já deteriorados, não agüentará o transporte pesado que vamos ter na nossa região.

Então, por isso, esse progresso na nossa região, dentro do impacto ambiental que aconteceu, ficou acertado uma ligação asfáltica de Vila Alta do Porto Figueira até o Porto Camargo, e já está sendo construída a todo vapor, mais quatro meses estará construída no Paraná, mais um centro turístico.

O Sr. Divanir Braz Palma

Concede-me um aparte?

(Assentimento)

Queria também testemunhar na mesma linha de raciocínio de V. Exa., a grande obra que foi realizada com recursos do Tesouro do Estado do Paraná, exclusivamente, e foi inaugurada na última quinta-feira.

Queria apenas fazer uma correção ao ilustre deputado Nereu Moura, que é um deputado que sempre usou a tribuna para fazer seus ataques ao governador Jaime Lerner, mas que eu, como testemunha da inauguração da ponte, gostaria de pedir ao deputado depois, que fizesse a sua correção, porque não fica bem ao nobre deputado, tão ilustre, que é um deputado que tem muito conhecimento, usar de dados superados, dados que não correspondem à realidade. dados equivocados, que tentam empanar o brilho de uma administração como essa do governador Jaime Lerner.

Sabemos que ele tem pontos que não agradam à Oposição, devido os altos índices que alcançou no Estado do Paraná em determinados setores como da própria agricultura, da indústria, enfim, no cenário nacional.

O Paraná hoje, é o quarto Estado no ranking nacional.

O Paraná tem menos de 5% de território nacional, mas é o quarto estado nos índices sócio-econômico e cultural do País.

Então, é um estado que está tendo uma administração positiva. Não vamos dizer que está tudo um mar de rosas, mas Jaime Lerner tem conduzido bem a administração do Estado do Paraná.

Agora, dizer que essa ponte está sendo reinaugurada, nós somos da região e até entendemos em parte o deputado Nereu, que não é de lá.

Mas nós somos da região Noroeste, vivemos lá, eu sou da região de Tuneiras do Oeste, Icaraíma, Pérola, Vila Alta, Umuarama, Cruzeiro do Oeste, enfim, essa região foi totalmente oxigenada com a inauguração dessa ponte, que é claro, como disse o deputado Edno Guimarães, faltam os acessos.

Isso é um processo. A rodovia que vai ligar Campo Mourão a Cruzeiro deverá dar continuidade até a ponte, para dar um escoamento, porque o movimento é intenso.

Vejam os senhores, a importância econômica dessa ponte.

Todo aquele tráfego que estava levando a mercadoria para o Porto de Santos, praticamente, virá para o Porto de Paranaguá incrementando o já movimentado porto, que é o segundo em movimentação de cargas do país.

Então, vejam bem. Só vemos aspectos positivos nisso aí.

Por isso que não podemos deixar nobres deputados, que argumentações que faltem com a verdade, sejam predominantes nessa Casa.

Quando os fatos são coerentes e são procedentes, nós nos calam, mas diante de uma realidade desta que os números falam mais alto, nós não podemos baixar a

cabeça e fazer de conta que não estamos ouvindo. A verdade é que uma administração positiva destas, uma obra destas realmente incomoda a quem está do outro lado.

Devemos entender também que, por coerência, por uma questão de integridade, é preciso que se valorize aquilo que é feito para o bem do Estado do Paraná, porque senão, perguntaríamos, quando o governo não faz obras é criticado, quando o governo faz obras é criticado. Quando é que o governo é bom?

Muito obrigado pelo aparte, deputado!

O Sr. Nereu Moura

Permite-me um aparte, deputado?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

O tempo do deputado Edno infelizmente já está expirado, e eu gostaria que o deputado Edno Guimarães encerrassem o seu pronunciamento.

O SR. EDNO GUIMARÃES

Para concluir.

O deputado Tureck estava na frente e no eu assinalar, o deputado Braz Palma saiu na frente.

Um minuto e nós terminamos.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Bem objetivo, por favor!

O Sr. Nelson Tureck

É só para parabenizar o seu discurso desta tarde, dizendo da importância de uma obra fundamental para o Paraná, para o aumento da economia deste Estado, fortalecendo ainda mais o Porto de Paranaguá. Então, é um governo que traz obras para o futuro. Não tem um governo no Brasil que também fez uma ponte com dinheiro a fundo perdido - igual ao governador Jaime Lerner!

Portanto, meus parabéns pelo seu pronunciamento, de valorizar aqueles que trabalham e se preocupam com o futuro.

Obrigado!

O SR. EDNO GUIMARÃES

Muito obrigado, deputado Tureck e deputado Braz Palma!

E quero, senhor presidente, dizer que a ponte que liga Santa Mônica a Tapira também está quase pronta e, logo em breve, tenho certeza, o governador fará a sua inauguração. É outra ponte que vai enriquecer muito mais a nossa região e a ponte do Rio Ivaí que já está licitada, a ponte que liga Cianorte a Maringá, fazendo um alargamento e um reforma total para então facilitar o grande trânsito que nós temos naquela região. E o governo Lerner teria que inaugurar muito mais obras que nós temos na nossa região, por exemplo: em Formosa nós temos 32 obras para serem inauguradas e ele não marca a inauguração! É um governador que não tem vaidades! Nós temos

em Cianorte um colégio estadual para ser inaugurado, que gastamos quase um milhão de reais que o Estado investiu ali.

Então, tenho certeza que o governo agora deve procurar tempo para inaugurar as grandes obras que tem, pelo Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Ainda no Horário das Lideranças.

PSL.

(Declina)

PT.

(Declina)

PPB. Com a palavra, o deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Pude ouvir atentamente os pronunciamentos da tarde de hoje. Ouvi deputados da Oposição e ouvi deputados da Situação.

Quero, neste momento, senhor presidente, trazer um testemunho a esta tribuna, deputado Luiz Carlos Martins: retornei ontem, eu acompanhado também do deputado José Maria Ferreira, estivemos em Manaus, no encontro da União de Parlamentares do Mercosul. E lá estiveram presentes deputados de diversos Estados brasileiros que compõem a União de Parlamentares do Mercosul. Mas, também esteve presente o deputado presidente da Comissão de Minas e Energia da Venezuela, Julio Montoya, que foi até Manaus para assinar o termo de adesão ao Grupo de Amizade Brasil-Venezuela.

E nas inúmeras tratativas que tivemos lá em Manaus, em um dos intervalos destas tratativas, na troca de informações, veja - eu pediria aqui aos deputados que prestassem atenção - dizia o deputado Julio Montoya, presidente da Comissão de Minas e Energia do parlamento da Venezuela, que uma empresa brasileira estava construindo uma grande ponte lá na Venezuela, a segunda ponte sobre o Rio Orenoco. E então eu perguntei: deputado Júlio, qual é a extensão dessa ponte, sobre o Rio Orenoco? É uma grande ponte, deputado, tem 3 quilômetros e 100 metros - uma obra majestosa, magnífica, que marca a presença efetiva de um Estado realizador. Eu lhe falei: Parabéns, deputado Júlio! realmente é uma ponte, uma obra que integra, às vezes regiões, que estão distanciadas e separadas.

Mas veja deputado Júlio, eu também gostaria de informá-lo, que no dia de ontem - conversávamos na sexta-feira -, na quinta-feira, lá no meu Estado do Paraná, o governo estadual inaugurou uma ponte de 16 quilômetros e 300 metros. Ele disse: Não é possível! Eu disse: É possível, sim. É a maior ponte sobre rios da América Latina. Ele ficou espantado do tamanho dessa ponte. Eu expliquei-lhe que é um complexo de cinco pontes, em

função da geografia, e de como o rio se comporta naquela região do Paraná e do Estado de São Paulo.

Senhor presidente, a Venezuela é um País que tem o segundo produto interno bruto da América Latina - só perde para o Brasil. Enquanto o produto interno brasileiro é de 500 bilhões de dólares, a Venezuela tem um produto interno de 180 bilhões de dólares. E o deputado conta com todo o garbo, que constrói uma ponte de três quilômetros!

Fico triste, senhor presidente, nós paranaenses, não darmos valor para uma obra de 16 quilômetros, construída com recursos, praticamente, exclusivos do Estado do Paraná. Porque recurso que tem lá, a menos de 1,0%.

O recursos federal tinha que estar, sim, na estrada Boiadeira, que é uma estrada federal, para levar até as cabeceiras da ponte a estrada e o desenvolvimento.

Quero, neste momento, saber onde estão os paranaenses, que representam o Paraná? Gostaria de saber onde estão os senadores? Senador é o legítimo representante do Estado junto à Federação. Onde estão os senadores paranaenses, que não reivindicam os recursos, para construir, pavimentar e asfaltar a estrada Boiadeira, que é uma obra federal?

O governo do Estado já fez a sua parte, como bem colocou o nobre e ilustre deputado Edno Guimarães, que é deputado representante da região. O Paraná entrou com todos os recursos, para unir o Paraná ao Mato Grosso.

O Mato Grosso, simplesmente, emprestou o baranco, como se tivesse feito uma grande benfeitoria. Onde está o governo federal? Onde estão os senadores, legítimos representantes do Estado, junto a Brasília? Não podemos continuar nessa política de desfazer aquilo, que alguns fazem, e não falar daquilo que os outros não fazem! Deveriam estar os senadores reivindicando recursos; muito mais rapidamente se faria o escoamento agrícola, por exemplo, do Estado do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso. Com isso teríamos, certamente, muito mais facilidades de instalar indústrias, para fazermos a industrialização daqueles produtos, dando ainda maior desenvolvimento e renda aos nossos portos, que hoje são exemplos para todo o Paraná.

Eu queria nesse momento, nobre e ilustre deputado, presidente desta Casa, neste momento, Elio Rusch, dizer que fico triste. Quando uma obra é paranaense todos nós deveríamos nos irmanar. Quero, aqui, reafirmar, que estou sentindo pela segunda vez, porque não fui convidado para essa inauguração, a que se referiu o deputado Nereu Moura.

Creio que ele no seu afã, no seu discurso, na sua verve, por sinal respeitado, tenha confundido. Acredito que em 99 foi inaugurada a ponte de Guairá que é uma grande ponte. É a maior que a segunda ponte sobre o Orenoco. A ponte de Guairá tem 3 quilômetros e 600 metros. Certamente, o ilustre deputado Nereu Moura estava se referindo à ponte de Guairá, porque eu não fui convidado para a inauguração da ponte, em Porto Camargo.

Concedo um aparte ao deputado Moysés Leônidas.

O Sr. Moysés Leônidas

Deputado, eu quero cumprimentá-lo e dizer que lamentavelmente o político latino, nós aqui não sabemos convier com a impopularidade do momento, a nossa formação é só de bater palmas. Tem alguns políticos inclusive que não conseguem nem ir em teatro porque não gostam de bater palma para ninguém.

Mas esse ranço de província que ainda nos é calcado, não só na vida pública, mas em alguns segmentos da vida nacional, é extremamente negativa para o país, porque uma obra dessa é uma obra que deveria estar sendo cantada em verso e prosa não só no Paraná, V. Exa. deu o exemplo da Venezuela, em que se comemora a construção de uma ponte de 3 km contra uma de 16 km nossa aqui.

Acho que deveríamos ter maturidade até para que, nos ataques, pudéssemos inclusive ter preparo para poder sobretudo saber enaltecer, porque aquele que não aceita repreensão é tido como bruto, mas aquele que também não sabe reconhecer é tido como ignorante.

Eu, lamentavelmente, perdi dois irmãos em acidentes nessas famigeradas estradas do Paraná, acidente automobilístico, e vi agora, este final de semana, especificamente ontem, tomando um café na Boca Maldita lá em Londrina, de algumas pessoas que nunca estiveram politicamente comigo e que me disseram o seguinte: Passei agora pela rodovia do café, e via a duplicação da Serra do Cadeado, e agora vou passar a pagar o pedágio com a compreensão maior porque saí das praias do Paraná, marquei o horário para sair e para chegar e cheguei antecipadamente, e quero cumprimentá-los pela duplicação da Serra do Cadeado. Não é tudo. Nós não temos aqui as estradas que a gente gostaria que tivéssemos como temos visto no mundo inteiro.

Viajei recentemente pela Ásia e vi, por exemplo o Japão. Que beleza! Vi uma ponte, a maior do mundo, o Japão inaugurando, vi as estradas de diversos países da Europa. Nós, é verdade, não temos aqui tudo isso porque somos um país de 500 anos de idade, e que ainda não sobrou dinheiro para todo esse tipo de investimento.

Para alguns que não se contentam com as suas estrelas brilhando e querem apagar as dos outros, nós precisamos ter um pouco de maturidade e um pouco de responsabilidade e reconhecer o que está acontecendo no Estado do Paraná, e quero ficar aí com V. Exa. enquanto eu vi o Senado Federal utilizando o senador Álvaro Dias com todo respeito, a quem gosto muito e é meu amigo, enquanto as universidades pegavam fogo aqui, de uma criação feita por ele, da gratuidade do ensino, mas em greve reivindicando melhores salários, não vi uma discussão ainda no Senado, por parte dele ou de outros senadores, mostrando quanto é que o Estado do Paraná gasta por exemplo no terceiro grau, e o que é que estão fazendo para federalizar uma dessas nossas universidades.

Vi, sim, a discussão pelo futebol, que é uma instituição privada, saindo do Brasil para dar entrevistas em

outros países da Europa, sem falar do que efetivamente a gente necessita aqui.

Então, quero concordar com V. Exa. e dizer que precisamos ter um pouco de maturidade, toda unanimidade é burra ao antagonismo, ele faz parte da vida, sobretudo da democracia. Agora, a informação, a responsabilidade e o reconhecimento, acho que seria muito bom, nesse momento bom que o Paraná vive, quem sabe até o melhor de sua história e eu estou sentido aí na quantidade de obras que tenho visto e tenho participado das inaugurações.

Então, quero cumprimentar V. Exa. e dizer que antes de tentar ofuscar vamos cantar em verso e prosa essa grande obra que foi a ponte recém-inaugurada, que ligou o Mato Grosso ao Paraná. Tem muita gente que inclusive não sabe disso.

Parabéns a V. Exa.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Só queria fazer uma colocação para finalizar.

Para que os senhores tenham idéia, foi comentado que gastou-se 155 milhões. Realmente foi o que gastou-se nessa ponte, mas quero dar um dado, é um número que pode ser conferido por qualquer um dos nobres deputados. Quando eu ainda estava em Brasília, como deputado federal, 1998, na última reunião de formulação do Orçamento da União para 1999, eu fazia parte da Comissão de Orçamento; travou-se uma grande discussão em torno dos recursos que o governo federal estava alocando para a construção, para o término, da ponte sobre o rio Paraná, ligando São Paulo a Mato Grosso.

Até aquela data, 1998, quando discutíamos o Orçamento de 1999, o governo federal já tinha alocado naquela obra, já tinha gasto naquela obra, 600 milhões de reais. Não sei quanto foi gasto até agora, porque não soube se essa ponte foi ou não inaugurada.

Creio que os 155 milhões que foram gastos nessa ponte, o recurso do Paraná numa ponte muito mais extensa em função da localização da ponte, em Porto Camargo, é um valor que pode ser considerado alto, mas por outro lado a saúde financeira do Estado, que tornou-se esse Estado na verdade uma ilha de progresso, é uma ilha de prosperidade, de desenvolvimento em todos os setores, na saúde, no transporte, na agricultura.

Hoje mesmo foram entregues mais de 400 veículos, para a Emater, com grandes recursos do Paraná 12 Meses, a fundo perdido.

Quero aqui nesse momento dizer a todos os deputados, acho que nós temos que ter o espírito mais forte, um espírito paranista, mais forte. Nós temos que cantar a nossa aldeia. A nossa aldeia é o Paraná, precisa ser cantada. Nós não podemos denegrir. Vamos criticar quando for momento de crítica, mas num momento que nós devemos cantar a nossa aldeia, vamos cantar a nossa aldeia!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

PFL, deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente e senhores deputados.

Ouvi atentamente o pronunciamento do ilustre deputado Nereu Moura, e realmente, deputado, não me lembro, não me recordo, desconheço que o complexo de pontes de Porto Camargo tenha sido inaugurado a qualquer tempo.

Dou o aparte ao deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Foi inaugurado em 99, no início desse mandato.

O SR. DURVAL AMARAL

Eu, realmente, desconheço.

O Sr. Nereu Moura

Com o presidente Fernando Henrique Cardoso junto.

O SR. DURVAL AMARAL

Impossível. Tenho certeza absoluta que não se trata do Complexo de Pontes de Porto Camargo, até porque nesta época, lembro-me sim, foi inaugurada a ponte sobre Guaíra. Essa sim, foi inaugurada nessa época.

Com toda a certeza a inauguração desse Complexo de Pontes de Porto Camargo, eu estava lá na inauguração foi até muito interessante, que pena que nem todos os deputados estaduais puderam estar presentes, mas recordo-me aqui que estavam os deputados Braz Palma, Nelson Garcia, e Plauto Miró Guimarães.

Enfim, vários deputados estavam na inauguração. Quando a placa foi descerrada constava lá “Complexo de Pontes de Porto Camargo”. Esse é o nome que estava na placa.

Além disso, quero testemunhar aqui, porque lá estava também o senador da república, presidente do Senado, Rames Tebet, lá estava como senador de Mato Grosso, estava o governador de Mato Grosso, e fiz questão de guardar vivamente na minha memória o que disse o governador de Mato Grosso, conhecido como Zeca do PT:

“Obrigado, governador Jaime Lerner, por esse presente que o senhor dá ao Paraná, mas dá também ao Estado do Mato Grosso”.

São palavras do governador Zeca do PT, que além disso disse que com o Complexo de Pontes de Porto Camargo, com a ponte sobre Guaíra, certamente se viabiliza e se encurta o caminho para o progresso, não só do Paraná, mas para o progresso do Mato Grosso. E eu tenho certeza que um estadista da envergadura de Jaime Lerner, certamente agiu como pensou em 1871, Venâncio Luiz Boas, então presidente da província do Paraná. Com a visão que lhe era peculiar de estadista, ele repetia incansavelmente que a consolidação econômica dos Estados

do Paraná e do Mato Grosso só se efetivaria a partir do momento em que esses Estados estivessem ligados por rodovias e pontes, localizadas em pontos estratégicos. Eis que 131 anos depois, o governador Jaime Lerner realiza o sonho e a visão do estadista Venâncio Luiz Boas.

Ora! Senhores deputados, é impossível, é impossível mesmo, contestar a magnitude dessa construção e a importância vital para o Estado do Mato Grosso e para o Estado do Paraná do complexo de pontes de Porto Camargo.

Agora, essa obra, deputado José Maria, foi iniciada no governo de Álvaro Dias, foi pensada, idealizada e planejada no governo de José Richa...

Senhor presidente, falo no Horário da Liderança do Governo.

... Ela ficou paralisada por seis anos, mas por todo o Governo anterior ao do governador Jaime Lerner, nenhum centavo foi investido ali. Certamente poderia soar melhor, não para quem tem espírito paranista, como disse o deputado Fernando Ribas Carli, mas poderia soar melhor para o oportunismo eleitoral, estar lá um esqueleto assombroso, erguido, abandonado pelo tempo, com o Tribunal de Contas da União e do Estado dizendo que esta era uma obra paranaense, dinheiro jogado fora, dinheiro perdido. Quem gostaria de ter isso no Paraná?

Eu acredito que nenhum de nós, deputados, gostaríamos de ter.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado Durval Amaral, me permite um aparte?

O SR. DURVAL AMARAL

Sim.

O Sr. Cezar Silvestri

Vossa Excelência falava, e eu achei divertido isso. V. Exa. falava que o governador do PT agradecia ao governador por ele ter dado essa obra ao governo do Estado. Agora, V. Exa. falava de Tribunal de Contas, talvez o senhor pudesse me informar: qual é o patrimônio do governador Jaime Lerner?

Deve ser um homem muito rico!

Ele deu cento e cinquenta milhões para o governo do Mato Grosso, ele deu?

Acredito que isso é dinheiro do povo do Paraná e todos nós sabemos disso, temos que parar com essa história de individualizar as ações de governantes. Os governantes quando agem, agem em nome do povo, os quais o elegeram. Então, essa história de que o governador deu um presente, ele não deu presente nenhum, não deu um centavo do bolso dele, fez a obra com o dinheiro do povo do Paraná. E eu não tenho constrangimento nenhum, até porque sou engenheiro civil, de enaltecer qualquer obra, e acho que é uma burrice da Oposição ficar falando de obras e enaltecendo obras de quem as executou. Mas, temos que parar com essa história de procurar individua-

lizar ou de chamar para si os benefícios de obras feitas com o dinheiro público.

O SR. DURVAL AMARAL

Muito obrigado!

Acho que a sugestão do deputado Cezar Silvestri é muito válida, vou encaminhá-la ao governador Zeca do PT para que ele possa corrigir as suas palavras.

Mas, no sentido figurado, eu fiz questão de trazer aqui porque, com toda a certeza, é uma questão de justiça reconhecermos, neste momento, a grandiosidade dessa obra, que, aliás, é um complexo maravilhoso.

Eu não sou engenheiro, sou advogado, mas fiquei impressionado e quero cumprimentar aqui os engenheiros do DNER, todos os trabalhadores, os operários das empresas que construíram essa obra, porque ela é simplesmente fantástica, não só no aspecto arquitetônico, a engenharia que foi necessária aplicar na região pantanosa e a preocupação dos técnicos e engenheiros com o meio ambiente, porque ali está construída uma ponte de mais de 120 metros, exclusivamente para preservação do meio ambiente, porque ela situa-se sobre Ilha Grande, para preservar efetivamente os nossos animais do Parque Nacional de Ilha Grande. A preocupação com os mínimos detalhes que tiveram os técnicos do DER e a associação que defende o meio ambiente.

Concedo aparte ao deputado Plauto.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Vi pessoalmente, junto com os deputados Divanir Braz Palma e Nelson Garcia. Fomos até o local da inauguração. Eu tinha curiosidade em ver o tamanho da obra que ali foi feita, uma obra que foi construída no meio do pântano, dentro do Rio Paraná. Entre um lado e outro dos rios que se dividem naquele local, foram feitos dois quilômetros de estrada, no meio do pântano, e é como o senhor falou, preocupados com a área ambiental, onde pontes foram feitas meramente para jacarés passarem de um lado para outro. É uma obra muito bonita, muito grande e o benefício que traz para o Paraná é grande porque vamos ver escoar uma boa parte da produção do Mato Grosso do Sul pelo nosso Porto de Paranaguá, que essa ponte conseguiu viabilizar.

Parabéns pelas suas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Mais um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. DURVAL AMARAL

Obrigado, deputado Plauto.

Concedo aparte ao deputado Tureck.

O Sr. Nelson Tureck

Queria dizer que o reconhecimento que eu entendi do governo do Zeca do PT, ao governador Jaime Lerner,

pela boa administração dos recursos do Paraná para poder fazer uma obra tão importante.

Foi isso que eu entendo, quando ele agradeceu ao governo pela sua administração.

O SR. DURVAL AMARAL

Perfeitamente.

Registrar também que lá estava o presidente da Casa, deputado Hermas Brandão e o senhor deputado Edno Guimarães.

Só para concluir, senhor presidente, enquanto prosperam as críticas injustas, o governo Jaime Lerner realiza obras, aliás, só de pontes, foram mais de 531, neste seu governo.

O governo constrói pontes para o futuro, com toda certeza, priorizando não as próximas eleições, mas as próximas gerações, priorizando os paranaenses, o fortalecimento da nossa economia que, aliás, se o Complexo de Porto Camargo se tornou realidade, antes disso, investimentos monstruosos foram realizados por esse governo no Porto de Paranaguá para que o porto possa ser como é, um dos portos mais competitivos do Brasil, escoando a nossa produção agrícola do Paraná, do Mato Grosso e até do Paraguai. Com esses investimentos maciços na infraestrutura do Estado do Paraná, com geração de emprego, com industrialização, com desenvolvimento econômico, o governo Jaime Lerner está mudando o perfil econômico do Paraná. Estão aí nos out doors espalhados pelo Paraná inclusive, mais de 800 milhões de reais de poupança feita pelo governo do Paraná para as futuras gerações e para os próximos governantes. recursos de onde? Da dilação de prazo de ICMS que o governo fez com sabedoria e competência, preservando o grande interesse e o grande patrimônio do Estado do Paraná!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Horário da Liderança da Oposição, concedo a palavra ao deputado Waldyr Pugliesi. Os três minutos que o deputado Durval Amaral, teve, V. Exa. também terá.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados.

Ouvi há pouco que se falou do Zeca do PT. Do PT, “pero no mucho”, meia-boca”. Pena que esse governo do Paraná, deputado Nereu Moura, depois de ter ouvido a construção de tantas pontes, pena que ele não tenha construído uma simples ponte entre o seu governo e os professores. Tão simples construir essa ponte, entre o governo e aqueles que servem a Nação, trabalhando aqui no Paraná, no fundamental, no segundo grau, dentro das universidades.

Esse governo fez tanta ponte mas não construiu uma ponte na direção das esposas dos policiais militares e da Polícia Civil, nada de ponte aí. Aliás, o sonho do governador Jaime Lerner, deputado Tureck, começou a se realizar, porque esses 16 quilômetros é o primeiro lance

na ponte que ele quer construir, definitivamente, entre o Paraná e Nova York, porque ele já foi 45 vezes, neste Governo, para lá, ele vai botar muita grana aí!

Eu falo agora no meu nome e acredito que falo em nome da Oposição. Nós não estamos questionando a construção do complexo, eu, pelo menos, não! Nenhuma palavra ouviram de mim em relação à construção desse complexo de pontes. Na realidade elas começaram a ser construídas há 14 anos atrás e o governador não era esse, porque ele tem 7 anos e quase 3 meses de governo; outros começaram.

O Cezar Silvestri bateu na tecla correta, começam a fulanizar: “Olha, o Lerner fez, ele que deu o presente.” Que presente? Será que o Paraná tem tanto dinheiro assim para fazer obras para outros Estados e fica negaceando aqui para dar R\$100,00 de abono, àqueles que estão passando fome?

Então, é aquilo que nós falamos, é um governo neoliberal que procura atender os pleitos daqueles que são os ricos, os latifundiários, os grandes. Pena que este governo não tenha feito a construção de uma ponte entre ele e os caminhoneiros, porque eu dei uma corrida, agora há pouco, pelo Paraná, numa determinada região e as estradas estão muito ruins.

Agora, vocês estão jogando com a memória fraca de muita gente! Estive passando pela Jaguapitã do deputado Durval Amaral, porque ele é um deputado eclético, tem apoio de prefeito do PMDB, por convicção, do PDT, do PSDB, assim todos. Não só o caro deputado. Aqui estamos vendo estas coisas, quer dizer, têm deputados que parece que preenchem as necessidades, os paladares ideológicos de todo mundo, atendem até alguns petistas “pero no mucho”, como falei desse Zéca do PT, como bate lá na direitona. Então eu não sei o que estamos vendo aqui, não sei!

Veja bem, comeram o pão que o diabo amassou, durante 7 anos, agora estão indo lá com uma empreiteira que está tendo prejuízo, as empreiteiras estão tendo prejuízo, dão uma consertadinha e vêm esses idiotas, perdoem-me a grosseria, esses idiotas que não têm memória! Apanham durante 7 anos, aí fazem um recapeamento, “oh, este Governador”. Eu o vi na televisão, o bicho está roubando, está gordão, lustrando...- “Não quis vender a Copel e agora está fazendo recapeamento aqui.” Ora, gente, gente pelo amor de Deus!

Concedo aparte ao deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Olha, deputado Pugliesi, V. Exa. matou a charada, ninguém é contra a ponte, eu não disse que era contra a ponte, aliás elogiei a ponte, o que eu fui contra foi a inauguração duas vezes da ponte. Eu quero dizer ao deputado Durval Amaral para ele dar uma olhada nos Anais, talvez com o secretário dos Transportes, e vai observar que a ponte foi inaugurada em 99 e agora de novo!

A nossa crítica é em cima de duas inaugurações e do dinheiro gasto em propaganda abusivamente e do

nome da ponte, também, que é de forma irregular. Essas três coisas é que foram criticadas por nós. Jamais da ponte, propriamente dita. Pelo contrário! A ponte é importante e fundamental! E eu disse, ainda, que se tivesse inaugurado a ponte somente uma vez, nós não estaríamos aqui, contestando. Mas, inauguraram duas vezes a mesma ponte.

Eu espero que o deputado Durval Amaral fale com o governador Jaime Lerner para que o governador diga quando foi, em 99, que ele inaugurou a ponte. Tenho certeza de que a ponte já tinha sido inaugurada.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Deputado Nereu Moura, eu até vou pedir a colaboração da imprensa, porque a imprensa deve ter feito alguma publicação a respeito deste assunto. Então, há jornalistas, aqui, de todos os jornais, que poderiam fazer um trabalho de procura nas edições de 99 e até dirimir esta dúvida, porque as coisas na política são tantas e uma se sobrepõe às outras que até acabamos nos esquecendo.

Quero dizer o seguinte: eu, pelo contrário, quando era menininho, quinhentos anos atrás, eu abria um jornal, via que estavam fazendo uma escola, eu ficava alegre. Era um moleque. Não era político. Não estava em partido nenhum. Morava na roça, onde meu pai trazia jornal. E eu ficava contente. Eu me alegro quando um governador, seja lá qual for, faz as coisas.

Agora, quero discutir com mais profundidade estas questões. Por exemplo: quando se diz que a ponte foi feita com o dinheiro do chamado “fundo perdido”, deputado Isfer, muitas vezes esse “fundo perdido” é um “achado” para muita gente. O fundo é perdido. Mas, fica aí na inteligência de cada um aquilo que estou querendo dizer.

Outra coisa: Luiz Eduardo Magalhães. Qual a interpretação que dou para isto? Olha, o Jaime Lerner, depois de ter sido um brizolista moreno, um socialista latino-americano, com grande convicção, foi bater no partido do “frango d’água, aquele Maciel de Pernambuco, do PFL. Então, eu não entendo essas coisas. Não entendo!

Pois bem! O que o Lerner está fazendo agora é mais ou menos aquilo que o cabo Anselmo fez no tempo da guerrilha: existiam os grupos que combatiam o governo militar. E o cabo Anselmo era o mais radical dos revolucionários, dentro dos grupos guerrilheiros. Ele, na realidade, estava infiltrado nos grupos guerrilheiros para entregar todas as ações da guerrilha e o nome de todo mundo! O que é que se fez com isso? Milhares foram presos, no Brasil. Mataram Mariguella, mataram Lamarca, mataram gente que estava no Chile e entrou no país, que estava no Uruguai, e vieram para cá, que estavam na Argentina. E o crime desses brasileiros era não concordar com a ditadura militar, que tinha rasgado a Constituição que vigorava no país e que estava fazendo o jogo, sim, dos norte-americanos! Como há pouco, ainda, com a liberação dos documentos norte-americanos se

teve a certeza da influência norte-americana no golpe militar, na contra-revolução de 64!

Deixe-me concluir meu raciocínio...

Senhor presidente, olhe que eu tenho relógio e vi bem o que o nobre deputado Carli usou na tribuna, hein! O Lerner é um “carrapato estrela” que está grudado na bunda do governo federal! Esta é a verdade. O bicho não sai dali nem a pau! É outro, como o PFL.

Perdoem-me, mas quando Pedro Álvares Cabral chegou ao Brasil, o PFL já chegou para estar perto do Governo. Em 1500!

Então, o Lerner, o que é que ele está fazendo, líder do Governo? Ele está fazendo com o Fernando Henrique o jogo do beija-mão: dá que eu estou aí com um bocão deste tamanho e vamos lá, e do outro lado ele vai bater à porta do senhor Antônio Carlos Magalhães, que ele tem medo do Antonio Carlos Magalhães, o soba nordestino que não é de brincar.

Então, ele está querendo matar alguns coelhos com uma só cajadada. Eu me entrego ao Serra, ao Fernando Henrique, eu me entrego ao governo, mas não fico ferindo suscetibilidades do PFL, a extrema direita, botando nome vamos dizer do filho que morreu, e aí, o mundo continua do jeito que a gente está vendo, e aqui eu quero me rebelar contra aqueles que acham que tudo se resolve com meia dúzia de tostões, quando o deputado Luiz Carlos Zuk, que foi fazer companhia para o Chab, agora, que eu não tenho visto aqui, em horas de votações importantes.

Então, quando o deputado Zuk estava falando do aparato militar lá em Ponta Grossa para garantir o governador Jaime Lerner, as pessoas falam que não era meia dúzia, mas lá na minha cidade, quando os membros do PT com muita coragem, foram até a prefeitura protestar contra a presença do governador e ele teve que sair pela porta do fundo e eu sou contra isso, o que fizeram lá, presidente Hermas Brandão?

Um vereador do PMDB, Sérgio Onofre da Silva, entrou na frente daqueles meninos de 14, 15, 16 anos, que eram do PT e não do meu partido para defendê-los da agressão inominável daqueles que deveriam garantir a segurança de todo, o mundo, que aconteceu?

Jogaram-no dentro de um camburão da polícia, depois de espancá-lo, levaram para a delegacia de polícia, onde tem um delegado para cumprir determinações do prefeito, quebraram o braço do cara, e não satisfeitos, os lerneristas foram à Câmara, através dos seus apaniguados e estão tentando até hoje cassar o mandato de um vereador que tentou defender a democracia, a livre manifestação de pensamento.

Então, senhores deputados, quero deixar claro aqui que as coisas não são bem assim.

Não se resolve tudo isso com uma questão de dinheiro!

Nós levamos 100 mil reais para a sua cidade...

Qual é o preço do caráter?

Qual é o preço da democracia, da dignidade?

Será que são sempre esses convênios que estão fazendo sempre às vésperas das eleições que vão dar caráter, dignidade às ações políticas?

Não! Eu me recuso a discutir política nestes termos!

Não é por aí! Eu fui prefeito 3 vezes, fui prefeito do MDB, começamos mais ou menos como agora, começamos em 36 na época, terminamos, se não me engano, em 11.

Eu nunca me curvei diante de governador nenhum, eu fui lá exigir aquilo que a eleição tinha me dado através de procuração da maioria do povo da minha cidade, inclusive na época tinha um governador que também só andava de helicóptero, não recebia prefeitos do MDB e eu estou aqui.

As nossas idéias não morreram por causa de um governador que ia se aliar com sonagedores de impostos, uma ladrãozada e tentando diminuir a ação daqueles que com todas as dificuldades colocam as suas posições.

O Sr. Cezar Silvestri

Prometo que serei breve.

Deputado Pugliesi, quero só parabenizá-lo pelo seu belíssimo pronunciamento.

Acho que o grande questionamento, o compromisso que temos com o povo do Paraná é em fazer, exatamente, esse debate nesta Casa. Nós falarmos de obras feitas pelo governador, acho que não leva a nada, na minha avaliação. É uma burrice da Oposição.

O questionamento que temos que fazer é o seguinte: o governo gasta cento e cinquenta milhões para fazer uma obra e de repente é transformado em Deus! Vamos lembrar que ele vendeu 54% das ações da Copel e que o secretário Ingo Hübner, até agora, não respondeu um pedido que fiz de quanto que representou isso em dinheiro. Há quem diga, que 54% representa quatro bilhões de reais!

Quer dizer, o governo torra quatro bilhões de reais, o Paraná todo fica quieto e de repente vem um governador de outro Estado agradecer ao governador por cento e cinquenta milhões? Acho que esse é o grande questionamento.

Dizer, como o deputado Durval Amaral, que as futuras gerações vão agradecer pela poupança feita através de oitocentos milhões; através de postergação de impostos dado às multinacionais; enquanto, a empresa paranaense está quebrando e esta Casa votou aumento de ICMS, há questão de dois meses atrás, que está onerando o pequeno empresário paranaense em 10%. É esse o questionamento que temos que fazer!

Enquanto o pequeno está quebrando, o governador é insensível, porque só olha para Nova York, olha para multinacionais, dá nome para pessoas que não fizeram absolutamente nada pelo Estado.

É esse o questionamento que temos que fazer nesta Casa; é esse o debate, por isso, parabéns a V. Exa.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Deixa eu encerrar.

Agradeço o aparte do deputado Silvestri; a tolerância da Mesa e quero que fique nos Anais da Assembléia o seguinte: a Oposição não é contra a construção de obras que beneficiam o conjunto da população. Nunca falei isso, nem nada.

Gostaria que esse complexo de pontes tivesse o nome de uma cidadã, de um cidadão do Paraná, que ficaria mais conforme. Não imagino, por exemplo, chegar lá em Feira de Santana e ver o nome de alguém aqui do Paraná numa obra qualquer lá da Bahia.

Então, é essa a nossa posição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Encerrado o Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, emenda ao Substitutivo Geral do Projeto de Lei nº 101/2001, subscrito pelo senhor Neivo Beraldin, com apoio dos senhores deputados Ângelo Vanhoni, Eli Ghellere, Algaci Tulio e Marcos Isfer, constante do expediente. **Transforme-se em projeto em separado.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 101/2001, de autoria do deputado Marcos Isfer, que altera os artigos 1º, seu parágrafo único, e 3º da Lei nº 12.204, de 06 de julho de 1998 (Substituição da Frota Oficial do Estado). PARE-

CERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAIC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO COM PARACER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 101/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Marcos Isfer, visa alterar os artigos 1º, seu parágrafo único e 3º da Lei nº 12.204, de 06 de julho de 1998 (substituição da frota oficial do Estado).

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à emenda apresentada em plenário, somos de parecer favorável à mesma.

Sala das Comissões, em 05.12.2001

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

Apoiamento:

Hermes Fonseca, Duílio Genari, Ademar Traiano, José Maria Ferreira, Tiago de Amorin Novaes, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Moysés Leônidas, Algaci Tulio, Marcos Isfer, Antonio Carlos Belinati.

Na Sessão de hoje, vamos analisar só o Substitutivo Geral da CCJ, bem como, o Substitutivo Geral de Plenário, com parecer favorável da CCJ.

Está sobre a mesa um Requerimento nº 471, de autoria do senhor Traiano, que requer preferência na votação do Substitutivo Geral de Plenário, apresentado ao Projeto de Lei nº 101/2001.

Está em votação o requerimento.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão. **Aprovado.**

Será apreciado, então o Substitutivo Geral de Plenário, com parecer favorável da CCJ.

Os senhores deputados que apóiam o Substitutivo Geral permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Senhores parlamentares que aprovam o Substitutivo Geral de Plenário, com parecer favorável da CCJ, queiram levantar-se.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, perdoe-me. Gostaria de saber o encaminhamento que o senhor deu para a votação, por favor, se pudesse repetir.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Havia um requerimento do deputado Ademar Traiano, solicitando preferência de votação no Substitutivo Geral de Plenário, com parecer favorável da CCJ.

É isso que estamos colocando em votação.

Deputados que aprovam o Substitutivo Geral de Plenário com parecer favorável da CCJ, queiram levantar-se.

Está **reprovado** o Substitutivo Geral de Plenário.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Deputados que aprovam o Substitutivo Geral.

O SR. MARCOS ISFER

Pela ordem, senhor presidente.

(**Assentimento**)

Já era verificação de votação, senhor presidente.

Por favor, senhor presidente. Deus não contempla aqueles que dormem em serviço, já dizia o ilustre presidente Anibal Khury.

O SR. ÂNGELO VANHONI

O deputado Marcos Isfer já havia solicitado a verificação. Vossa Excelência já estava procedendo.

O SR. DURVAL AMARAL

Eu pedi verificação de votação, senhor presidente. Pedi esclarecimento e pedi a verificação de votação.

O SR. MARCOS ISFER

E foi colocado e nenhum deputado levantou para aprovar.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Por duas vezes, V. Exa. fez a verificação de votação, e nenhum deputado levantou, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nobre deputado, o Regimento é claro e fala o seguinte: nós pedimos que aqueles que aprovassem, teriam que levantar-se. Não levantou ninguém.

Que rejeitam, tem que levantar-se.

Nós temos que colocar em votação.

Que rejeitam o Substitutivo, queiram levantar-se.

Solicito ao 1º secretário...

O SR. DURVAL AMARAL

Chamada nominal, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em processo de votação. Vamos fazer a verificação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Ricardo Maia**)

Dezenove senhores deputados da oposição, rejeitando o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os que aprovam, queiram levantar-se.
Dezessete.

Está **rejeitado** o Substitutivo Geral de Plenário.

Está em votação o Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

Senhores deputados que aprovam o Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, permaneçam como estão.

Aprovado, o Substitutivo da CCJ, artigo por artigo.

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 132/2000, de autoria do Poder Judiciário, que dispõe sobre as Tabelas I, II, III, VII, IX e X, do Regimento dos atos judiciais e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 132/2000

P A R E C E R :

A presente emenda do deputado José Maria Ferreira, visa suprimir a nota 10 da tabela IX e dar redação ao Projeto de Lei nº 132/2000. Como a referida emenda é supressiva e atende aos conformes legais, somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 12.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

Também nesta Sessão será analisado o Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça e também a emenda de Plenário com parecer favorável da CCJ.

Nós vamos inicialmente votar o Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça.

Senhores deputados que aprovam...

O SR. ALGACI TULIO

Pela ordem, senhor presidente.

(**Assentimento**)

O Substitutivo Geral já foi aprovado neste plenário. Hoje só se vota o parecer da emenda do deputado José Maria Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estou recebendo a informação aqui da Mesa que não foi aprovado ainda, não foi votado o Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ALGACI TULIO

Já foi votado neste plenário sim, senhor presidente. Tanto que depois recebeu uma emenda.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

A colocação do deputado Algaci Tulio procede, foi uma das últimas Sessões do exercício de 2001, foi votado o parecer, ficou de nós apresentarmos uma Emenda, e como naquele momento já tinha transcrito, por isso que ela voltou para a CCJ.

E ao voltar para a CCJ, hoje, devemos fazer a análise, a votação do parecer da CCJ, que exclui a nota 10 da tabela 9ª em que exige 100% das custas nos processos das Custas Judiciais.

Essa é a Emenda que estamos votando neste momento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A presidência toma a decisão: nós vamos votar a Emenda de Plenário, com parecer favorável da CCJ.

É isso que Vossa Excelência está colocando?

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Isto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, deputado Moysés Leônidas.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente, senhores deputados.

Já tive a oportunidade de me manifestar, no final do ano passado, com relação a este projeto e até para não voltar a falar dele, vou falar desta emenda e vou falar da questão do mérito.

Quero deixar consignado aqui, não tenho como votar este projeto, porque a OAB de Londrina de diversas cidades da Região apresentou um manifesto por escrito, do qual eu trouxe aqui inclusive para o plenário, dizendo da dificuldade que tem hoje, aquele que não tem condição de ir à justiça; à facilidade de se apresentar à Justiça, e do alto custo da Justiça em todos os segmentos. Este projeto está dispondo sobre tabelas e com um aumento substancial nas custas judiciais.

Então, quero até dizer a V. Exa. e deixar consignado aqui, porque vou transcrever à OAB da minha cidade que, confesso, ela é extremamente forte em termos de representatividade, essa minha posição. Quero deixar consignado aqui, porque vou ser fatalmente cobrado, mas queria inclusive até deixar um apelo a todos os companheiros: este projeto é uma “paulada” na cabeça daquele que precisa da Justiça, daquele que paga as custas judiciais.

Tenho no meu currículo mais de vinte anos como advogado militante, sei da dificuldade que o pobre tem, não é possível que para se tirar um xerox vá pagar R\$1,50. Então, quero deixar a minha preocupação. Não é problema de ordem pessoal, como já em alguns seg-

mentos tentaram colocar, não se trata aqui também de invocar amizade pessoal de “a” ou “b”, sofri lobby de todos os sentidos de cartorários para tentar fazer aprovar este projeto, mas é uma questão de foro íntimo, é uma questão pessoal. Acho que é um projeto nefasto para aquele que não tem dinheiro, para o pobre. Como a Justiça já tem fama de exigir só para o rico, não quero corroborar com esta questão, deixando consignada a minha posição forte e firme que vou votar contrariamente a este projeto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, deputado Edson Strapasson.

O SR. EDSON STRAPASSON

Senhor presidente, senhores deputados:

Gostaríamos de colocar aqui o questionamento do projeto, até porque ele já foi debatido em 1ª discussão e foi bastante polêmico exatamente pela questão que ele mexe, altera, acresce em muito o preço das custas nos processos de juizados especiais. Foi naquela oportunidade colocado pelo deputado Caíto Quintana, que este projeto na verdade, se aplica exatamente para os recursos em processo de juizados especiais, mantendo a gratuidade no procedimento inicial.

O que nos estranha, no entanto, e o que me leva a encaminhar este projeto contrário, é exatamente que quando ele foi aprovado em 1ª discussão, retornou para a Comissão de Constituição e Justiça para apreciar emendas; acabou tendo um Substitutivo Geral que aumentou ainda mais as custas. Então, é impossível, como deputado, na atual realidade, ver qualquer procedimento, inclusive para obter um xerox, por folha pagar R\$1,50; realmente ele afronta qualquer cidadão que, no intuito de obter justiça, tem que pagar primeiramente caro para obtê-la.

Então, até com relação aos procedimentos e custas estabelecidas pelo projeto original, talvez até neste momento nós votássemos favoráveis, no entanto, vindo desta Casa, do Poder Legislativo, que ao invés de estar se posicionando favoravelmente ao cidadão se coloca majorando custas; sou obrigado a votar contrário e pedir aos senhores deputados que realmente votem contrário a este projeto, até porque é um projeto que neste momento aumenta custas, quando nós deveríamos estar discutindo, não apenas e essencialmente no Juizado Especial, mas na Justiça, buscando redução de custas de forma a obter uma possibilidade um preço mais justo, para o cidadão comum ter acesso à justiça e, neste momento, estamos justamente no inverso do caminho.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero alertar aos senhores parlamentares que nós não estamos votando projetos, estamos votando hoje, somente as emendas de Plenário com parecer Favorável da CCJ.

Está em votação a Emenda, senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovada.**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 251/2000, de autoria do deputado pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre as condições e a efetivação do trabalho dos presidiários do sistema penitenciário do Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 098/20, de 08.08.2000).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 396/2001, de autoria do deputado Ademir Bier, que proíbe as empresas de concessão de serviços públicos de água, luz e telefonia façam o corte do fornecimento residencial de seus serviços por falta de pagamento de contas em dias específicos e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI Nº 396/2001

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam, as empresas de concessão de serviços públicos de água e luz proibidas de cortar o fornecimento residencial de seus serviços por falta de pagamento de suas respectivas contas, às sextas-feiras, sábados, domingos, feriados e no último dia útil anterior a feriado.

Art. 2º - Ao consumidor que tiver suspenso o fornecimento nos dias específicos no artigo anterior, fica assegurado o direito de acionar juridicamente a empresa concessionária por perdas e danos, além de ficar desobrigado do pagamento do débito que originou o referido corte.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.03.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 443/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, que dispõe sobre creditação de pagamento de servidores estaduais em estabelecimentos bancários da localidade em que residem, se inativos, ou prestam serviços, se ativos. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E COM EMENDA DA CCJ. Aprovada a emenda.**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 004/2002, de autoria do deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Boa Vista da Aparecida, com sede na cidade de Boa Vista da Aparecida e foro no município de Capitão Leônidas Marques. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ**

E COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. **Aprovada a emenda.**

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 046/2002, de autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Laranjeira do Sul, com sede e foro na mesma municipalidade. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E COM EMENDA DA CCJ. **Aprovada a emenda.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 106/99, de autoria do deputado Irineu Colombo, que dispõe sobre o repasse de verbas de Assistência Social e Subvenção Social aos municípios, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CF E CDHC. COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 348/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que torna obrigatório a notificação aos médicos de Saúde - SUS - do resultado de exame que comprove a existência de doença que acarrete risco de vida para o paciente. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, SP E CDHC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 554/2001, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em comodato, imóvel situado no município de Terra Rica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CTIC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 569/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Pontal do Paraná - CIAPAR, com sede no município de Pontal do Paraná e foro na comarca de Paranaguá. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda da CCJ - **Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 569/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 569/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, declarando de Utilidade Pública a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Pontal do Paraná - Aciapar, recebeu emenda de plenário.

A referida emenda corrige súmula e artigo 1º de acordo com o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Paraná, porque o município de Pontal do Paraná

pertence à comarca de Matinhos e não à comarca de Paranaguá.

Isto posto, emitimos nosso parecer favorável à emenda de plenário.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Marcos Isfer, Caíto Quintana, Hermes Fonseca, Carlos Simões, Orlando Pessuti, Fernando Guimarães e Sérgio Spada.

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 031/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 003/2002, que objetiva conceder ao funcionário público efetivo integrante do Quadro Geral do Estado gratificação especial de assiduidade, no valor de R\$100,00 (cem reais). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, o projeto recebeu emenda.

O SR. PRESIDENTE (**ElioRusch**)

Recebeu, fomos informados.

Sobre o referido projeto, emendas de plenário, em nº de 05 (cinco) de autoria de diversos senhores deputados, devidamente apoiadas nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 31/2002

O artigo 1º do Anteprojeto de Lei nº 31/2002, passará a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Ao funcionário público efetivo integrante do Quadro Geral do Estado, incluindo inativo e pensionista, será concedido aumento salarial no valor mensal de R\$100,00 (cem reais).

O artigo 2º passará a ter a seguinte redação:

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de março de 2002, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Apoiamento:

Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Basílio Zanusso e Edno Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo desta nossa emenda é equiparar a melhoria salarial embora modesta de R\$100,00 (cem reais) a todos os servidores da ativa, inativos e pensionistas.

Ressaltamos que a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal nº 101/2000 e o disposto no Decreto Estadual nº 3.471 de 30 de janeiro de 2001, no seu artigo 3º, inciso IV, veda melhorias salariais ou alterações funcionais de caráter isolado.

Nossa posição decorre dos mandamentos constitucionais legais, que asseguram aos inativos e pensionistas a extensão de tal direito, sob pena do Governo sofrer demandas judiciais, com possibilidade plena de conquistarem tal direito através de ação judicial.

No artigo 2º do anteprojeto governamental prevê que a gratificação especial de R\$100,00 (cem reais) não será computada para fins de contribuição previdenciária.

Aprovado com essa redação, ficará caracterizada a intenção do próprio Governo na sonegação da Previdência.

Encarecemos aos nobres colegas para estudarem com muito carinho esta nossa emenda com a justificativa ora apresentada.

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLÊNÁRIO Nº 02

Art. 1º - Ao funcionário público integrante do Quadro Geral do Estado, professor estatutário, professor celetista e demais funcionários celetistas, poderá ser concedida, por ato do chefe do Poder Executivo, uma gratificação no valor mensal de R\$100,00 (cem reais).

Parágrafo Único - A gratificação especial de que trata o *caput* deste artigo, se estende também aos funcionários ativos e inativos, bem como aos pensionistas.

Art. 2º - A gratificação prevista no artigo anterior não será computada para fins de contribuição previdenciária e não integrará a base de cálculo para a concessão de vale transporte e auxílio alimentação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN, IRINEU COLOMBO, ÂNGELO VANHONI E HERMES FONSECA.

Apoiamento:

Edson Strapasson, Antonio Anibelli e Nereu Moura.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda substitutiva geral, visa harmonizar o texto do projeto de lei em epígrafe, objetivando estender a gratificação de R\$100,00 (cem reais) a todos os servidores do Quadro Geral do Estado, Magistério, professor celetista e demais funcionários celetistas.

A medida em tela pretende estabelecer justiça a todos os funcionários públicos estaduais integrantes do Quadro Geral do Estado, Magistério, professor celetista e demais funcionários.

Trata-se de medida de extrema justiça, que vem contemplar um importante seguimento dos servidores do Quadro Geral do Estado, Magistério, professor celetista e demais funcionários celetistas, uma vez que trata-se das categorias mais penalizadas pela política salarial do Estado.

EMENDA ADITIVA DE PLÊNÁRIO Nº 03

Adicione-se parágrafo ao artigo 1º (passando o parágrafo único a ser o parágrafo primeiro), do referido projeto de lei, com a seguinte redação:

Parágrafo segundo - A gratificação de que trata o *caput* deste artigo será estendida aos funcionários aposentados e pensionistas do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

Apoiamento:

Marcos Isfer, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni e Pastor Edson Praczyk.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLÊNÁRIO Nº 04

Fica suprimida a expressão “por assiduidade” do artigo 1º e seu parágrafo único.

Sala das Sessões, em 18.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

Apoiamento:

Marcos Isfer, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni e Pastor Edson Praczyk.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLÊNÁRIO Nº 05

Os artigos 1º e 2º, ficando extinto o artigo 3º, do Projeto de Lei nº 31/02, oriundo da Mensagem nº 003/2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Poderá ser concedido, por ato do chefe do Poder Executivo, um aumento mensal de R\$100,00 (cem reais) na remuneração, no salário ou no vencimento, aos servidores públicos civis, militares, ativos e inativos pertencentes ao Poder Executivo do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.03.2002

(aa) MARCOS ISFER

CEZAR SILVESTRI

Apoiamento:

Ângelo Vanhoni, Algaci Tulio, José Maria Ferreira e Pastor Edson Praczyk.

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 068/2002, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre gratificação especial, de assiduidade no valor de R\$100,00 (cem reais) aos funcionários efetivos do quadro do Poder Judiciário. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 02.

A de nº 01, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, devidamente apoiada.

A de nº 02, de autoria dos senhores deputados Ângelo Vanhoni, Irineu Colombo, Luciana Rafagnin e Hermes Fonseca, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLÊNÁRIO DE Nº 01
AO PROJETO DE LEI Nº 68/2002

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 68/2002, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Ao servidor público, efetivo integrante dos Quadros de Servidores do Poder Judiciário do Estado, inclusive aos inativos e pensionistas, fica aumentado os seus vencimentos em R\$100,00 (cem reais) mensais.”

O artigo 2º passará a ter a seguinte redação:

“Art. 2º - Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de março de 2002, revogadas as disposições em contrário.”

Sala das Sessões, em 18.03.2002

(a) ANTONIO ANIBELLI

Apoiamento:

Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Basílio Zanusso e Edno Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo desta nossa emenda é equiparar a melhoria salarial embora modesta de R\$100,00 (cem reais) a todos os servidores da ativa, inativos e pensionistas.

Ressaltamos que a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal nº 101/2000 e o disposto no Decreto Estadual nº 3.471, de 30 de janeiro de 2001, no seu artigo 3º, inciso IV, veda melhorias salariais ou alterações funcionais de caráter isolado.

Nossa posição decorre dos mandamentos constitucionais legais, que asseguram aos inativos e pensionistas a extensão de tal direito, sob pena do Governo sofrer demandas judiciais, com possibilidades plena de conquistarem tal direito através de ação judicial.

Encarecemos aos nobres colegas para estudarem com muito carinho esta nossa emenda com a justificativa ora apresentada.

EMENDA DE PLÊNÁRIO DE Nº 02

Emenda Aditiva: acrescente-se ao artigo 1º, do Projeto de Lei nº 068/2002, um parágrafo 1º, com a seguinte redação:

“§ 1º - A gratificação especial por assiduidade, de que trata o *caput* deste artigo, se estende a todos os servidores públicos, ativos e inativos, integrantes dos Quadros de Servidores do Poder Judiciário do Estado”.

Sala das Sessões, em 18.03.2002

(aa) LUCIANA RAFAGNIN, ÂNGELO VANHONI, IRINEU COLOMBO E HERMES FONSECA

Apoiamento:

Edson Strapasson, Antonio Anibelli e Nereu Moura.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa estender a gratificação de R\$100,00 (cem reais) a todos os servidores do Tribunal de Justiça.

A medida em tela pretende estabelecer justiça a todos os funcionários integrantes do Tribunal de Justiça, uma vez que não há qualquer justificativa plausível para a exclusão dos inativos. **O projeto retorna à CCJ.**

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 438 e 439 de autoria do deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 440 e 453, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 441, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 442, 474 e 476, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 444, de autoria do senhor deputado Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 446 e 447, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 449, de autoria do senhor deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 450, de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 454 e 455, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 457 e 463, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 465 de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 466, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 467 a 470, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 472, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 473, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** **A matéria acha-se publicada no final desta Ata.**

Requerimentos n°s 478 e 479, de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 448, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. Rejeitado.

O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, o requerimento que fazemos é exatamente com o objetivo de dar transparência ao gasto do dinheiro público. Queremos saber: qual foi o valor que o Governo do Estado gastou na peça publicitária, para louvar a reinauguração da ponte de Porto Camargo? Qual foi a empresa que criou a peça publicitária? Quais os órgãos de comunicação escolhidos pelo Governo do Estado? Queremos saber se a campanha foi de caráter nacional ou de caráter internacional, porque temos conhecimento que diversos jornais do Brasil publicaram em página dupla, o teor da peça publicitária engrandecendo a reinauguração do complexo de pontes de Porto Camargo.

Não vejo, senhor presidente, senhores deputados, qualquer óbice que possa impedir a aprovação desse requerimento, porque ele apenas e tão somente visa dar transparência ao uso do dinheiro público, que qualquer governo que se preze, que tem compromisso com a transparência, não terá dificuldade nenhuma de dar à Assembleia Legislativa as informações que estamos requerendo, através desse pedido de informação.

Por isso, peço aos meus colegas deputados, que ajudem-me a aprovar esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Verificação de votação, a pedido do deputado Durval Amaral.

Dezenove senhores deputado aprovam.

Vinte e um senhores deputados rejeitam.

Está rejeitado.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente, só queria fazer uma justificção, porque votei contrariamente a esse requerimento. Eu, por formação, acho que deveríamos conceder todo tipo de informações possíveis e imagináveis. Estou caminhando, aqui, com a Bancada, mas queria deixar consignado meu ponto de vista. Aprendi em propaganda o seguinte: se propaganda não fosse boa, a Coca-Cola não faria.

Quero voltar ao aparte que fiz ao deputado Ribas Carli: o Paraná precisa deixar de ser aquele Estado acanhado, onde passamos a ser o quarto da Federação e temos aqui, uma Universidade Federal, enquanto o Rio Grande do Sul tem seis federalizadas; o Rio de Janeiro

tem doze; Minas Gerais tem dezesseis; sem falar do Estado da Roseana Sarney, que todo mundo sabe que lá, o que não é dele é do mar - o Estado tem tudo.

Acho que a propaganda tem que ser feita. Precisamos mostrar o que é o Estado do Paraná, inclusive para os paranaenses, que não sabem. Se o governo gastou, gastou bem. Quando se gasta em propaganda, também se gera emprego, o que pouca gente sabe. Por isso, votei contrariamente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Requerimento n° 331, de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente de Sessão anterior. Rejeitado.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Os senhores deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Dezenove aprovam.

Os senhores deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte rejeitam.

Está rejeitado.

Requerimento n° 415, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Vai se proceder à verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Dezenove aprovam.

Vinte e um rejeitam.

Está rejeitado.

Requerimento n° 475, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 132/2000; 101 e 569/2001.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 002/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 403, 435, 641, 680, 693/2001; 023 e 088/2002.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LUIZ CARLOS ZUK EM SESSÃO DO DIA 18 DE MARÇO DE 2002

Observatório

Jornal da Manhã

Esta imagem é propícia para se fazer um comparativo com a visita que o governador Jaime Lerner fez a

Ponta Grossa, na última sexta-feira. O gatinho frágil faz às vezes dos poucos manifestantes que se atreveram a protestar pela falta de reajuste salarial do magistério há sete anos. Já os pastores alemães, cabem como uma luva para ilustrar o aparato policial que foi colocado para “proteger” o governador. Muitos não se recordam de terem visto tamanha truculência nas ruas, rendendo comentários mordazes nas rádios se era o Papa que estava visitando a cidade. O trânsito virou um inferno, pois várias ruas foram fechadas para impedir o acesso à Praça Barão do Rio Branco. As faixas de protesto que os manifestantes portavam foram retiradas pelos policiais, como se tirassem o pratinho de leite do gatinho indefeso. Em meio a tanta confusão, o governador inaugurou o Colégio Regente Feijó, alheio a repressão sofrida por aqueles que apenas queriam ver seus direitos respeitados. E os pastores alemães lá, acuando o pobre felino que não podia nem ao menos ronronar: “abaixo a repressão”.